



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

PROPOSTA DE GESTÃO COMPARTILHADA PARA A IMPLANTAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO NA ÁREA DO “MIOLO” DE SALVADOR-BAHIA.

DÉBORA MARQUES DA SILVA ARAÚJO

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

Tutora: Prof.^a Arqt.^a Dr.^a Maria Lúcia A. M. de Carvalho

Co-tutora: Prof.^a Arqt.^a Dr.^a Angela Maria Gordilho Souza

SALVADOR/BA

Novembro de 2016



CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Urbanista Débora Marques da Silva Araújo – Profissional Residente

Arquiteta Doutora Maria Lúcia A. M. de Carvalho – Tutora

Arquiteta Doutora Angela Maria Gordilho Sousa – Co-Tutora

Colaboração:

EQUIPE RAU+E/UFBA MATA ESCURA.

EIXO ÁREAS VERDES:

Arq. Elisete Cristina Vidotti Rocha

Arq. Gisele Paiva Leite

Arq. Patrícia Duarte Silva

Consultoria:

Adv. Miriã Marques da Silva Araújo

Apoio:

Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão – ACOPAMEC

Associação de Moradores de Mata Escura – AMME

Associação Beneficente Cultural Social da Comunidade de Mata Escura – ABCSME.

Associação de Moradores do Jardim Santo Inácio – AMJSI

Conselho de Moradores das Barreiras – COMOBA

Condomínio Recanto Verde.

Terreiro de Candomblé do Bate-Folha – *Manso Banduquenqué*.

Organização Não-Governamental Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania – ONG PNP.

Apoio Institucional:

Universidade Federal da Bahia – UFBA. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Projeto de Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno da Universidade do Estado da Bahia – TBC/UNEB.

Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão – ACOPAMEC.



SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO ASSISTÊNCIA TÉCNICA, HABITACÃO E DIREITO À CIDADE, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Data: 21 de novembro de 2016.

Local: Sala da Congregação (Casinha) – FAUFBA.

Residente: Urbanista Débora Marques da Silva Araújo

Título: Proposta de Gestão Compartilhada para Implantação do Parque Theodoro Sampaio na área do “Miolo” de Salvador-Bahia.

Membros da Banca:

Tutor (a): Prof.^a Arqt.^a Dr.^a Maria Lúcia A. M. de Carvalho

Co-Tutor (a): Prof.^a Arqt.^a Dr.^a Angela Gordilho Souza

Membro Interno: Prof.^a Arqt.^a Me. Heliana Faria Mettig Rocha

Membro Externo: Prof.^a Geógrafa Dr.^a Dra. Rosali Braga Fernandes

Representantes da Comunidade:

Josélia Duarte Gomes (Representante da ACOPAMEC)

Joice Cristina Jesus Santos (Representante da ACOPAMEC e do Terreiro Bate-Folha).

Angela Ignez da Costa Bacelar (Representante do Condomínio Recanto Verde)

Elli Moura (Representante da Associação de Moradores do Jardim Santo Inácio)

Edson Barbosa (Representante do Fórum Social de Mata Escura)

Cosme Chineles (Representante da Associação de Moradores de Mata Escura)

Joel Santana (Representante do Fórum Social de Mata Escura)

Representantes institucionais:

Dra. Francisca de Paula, professora do curso de Turismo e coordenadora do Projeto intitulado Turismo de Base Comunitária do Cabula e Entorno (TBC), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).



AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho é o resultado do apoio de muitas pessoas, colaborando de diferentes formas e em diferentes etapas, sendo impossível relacionar o nome de cada indivíduo que participou deste processo. Contudo, algumas instituições e grupos de pessoas se destacam.

Primeiramente agradeço a Deus por mais uma vitória adquirida. Um agradecimento especial à minha família, ao meu noivo George Lessa e a Gesilda Lessa pelo incentivo e apoio incondicional.

Aos professores e colegas da Residência AU+E/UFBA, agradeço pelo conhecimento adquirido nesse período. Aos meus colegas da equipe que atuou em Mata Escura, Urbanista Bianca Chong, companheira em toda trajetória acadêmica, Arquitetos: Joaquim Nunes; Fernanda D'Angelo; Elisete Vidotti; Gisele Paiva, Patrícia Duarte e Engenheiro Sanitarista e Ambiental Danilo Sobrinho, agradeço por cada conversa, incentivo e experiências compartilhadas. Sabemos que esse processo não foi fácil, mas, com o apoio de todos na elaboração de cada oficina, cada mapa, cada croqui e maquete, tudo se tornou mais agradável. Obrigada!

Agradecimento especial a minha tutora Maria Lúcia A. M. de Carvalho e co-tutora Angela Gordilho, pela dedicação e incentivo incansável na elaboração deste trabalho. As suas experiências foram essenciais para o amadurecimento desta proposta, sou grata por tudo e tenho total admiração.

Agradeço às associações e instituições comunitárias que foram parceiras nessa caminhada, em especial à Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC), pelo apoio que obtivemos para a realização desse Projeto. Agradeço em especial a Joice Cristina, educadora social da ACOPAMEC, Angela Bacelar, Pr. Elli Moura, Cosme Chineles, Edson Barbosa, Joel Santana, Sr. José Carlos Cintra, Ronaldo Torres e ONG Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania (PNPC), que participaram ativamente das oficinas nas comunidades.

À professora Francisca de Paula e ao professor Alfredo Matta, pela parceria através do Projeto de Turismo de Base Comunitário no Cabula e Entorno da Universidade do Estado da Bahia – (TBC/UNEB).

À Silvandira Oliveira e demais funcionários do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA.

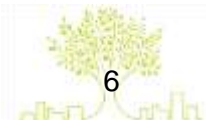
Por fim, agradeço aos membros da minha banca examinadora pelo aceite ao convite para novas colaborações e a todos que contribuíram de forma direta/indireta para o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO: As cidades brasileiras indicam transformações recentes no seu espaço urbano, sendo uma das principais a segregação da pobreza nas periferias em contraponto ao esvaziamento de antigos centros. O surgimento de novas centralidades – atreladas às localizações de equipamentos, comércio, serviços –, reforça a atual dinâmica no espaço intra-urbano, que cria periferias centrais e centralidades periféricas locais, abandonadas pelas políticas públicas e cada vez mais distantes do dinamismo urbano. Nesse processo ocorre a fuga de atividades bem como a criação de novos espaços, que ampliam a relação centro-periferia. Em Salvador essa relação é notória, com a alteração da morfologia urbana pelo intenso esvaziamento do seu centro antigo e da definição de novas centralidades de mercado. Por outro lado, nos bairros periféricos centralidades locais se consolidam, fragmentadas em relação ao interesse coletivo da cidade. Buscando propor novas centralidades urbanas para áreas periféricas desprovidas de infraestrutura e equipamentos urbanos, no presente trabalho, objetiva-se apresentar uma proposta de gestão compartilhada para a implantação de um novo equipamento centralizador, o Parque Theodoro Sampaio. Esta proposta foi embasada nas discussões ocorridas na experiência de Assistência Técnica, em oficinas e pesquisas de campo, desenvolvidas em cinco bairros do entorno dessa área, que deram origem a um Plano de Trabalho Participativo para sua efetivação. A área de 84,69 hectares, prevista para a implantação do Parque Theodoro Sampaio, objeto deste estudo, possui um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica situado no ‘Miolo’ da cidade, e vem perdendo essa condição pelas diversas ações degradadoras nas últimas décadas, desde quando foi desativado o antigo Horto aí existente. Pretende-se com essa proposta, potencializar os “Guardiões” do Parque, trazendo para isso um modelo de gestão que compartilhe e integre a pluralidade desses agentes na conservação dessa área. Para isso, toma-se como referência a aplicação de uma metodologia participativa inovadora – Oficinas de Projeto Participativo, desenvolvida no curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, na forma de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, que viabilizou o encontro entre os anseios da comunidade com a capacitação profissional, dando forma e conteúdo ao Plano para Implantação do Parque Theodoro Sampaio, tão necessário para essa localidade e para a cidade.

Palavras-chave: Assistência Técnica. Oficinas participativas. Gestão Compartilhada. Parque Urbano. Novas centralidades.

ABSTRACT: *Brazilian cities indicate recent changes in its urban space, being one of them the segregation of poverty in the urban peripheries as opposed to the emptying of old centers. The emergence of new centers – linked to equipment locations, trade, services –, reinforces the current dynamics in the intra-urban space that creates central peripheries and local peripheral centralities, abandoned by public policies and increasingly distant from the urban dynamism. In this process occurs the escape of activities as well as the creation of new spaces that extend the relationship center-periphery. In Salvador this relationship is notorious by the changing of its urban morphology with the intense emptying the old center and the definition of new market places. On the other hand, local centralities that consolidate in peripheral neighborhoods are fragmented as related to the collective city interest. This study concerning to new urban centralities for peripheral areas, lacking of infrastructure and urban facilities presents a co-management proposal for the implementation of Park Theodoro Sampaio, as the new central equipment. The results was based on discussions that took place in the technical assistantship experience in workshops and field research conducted in five neighborhoods surrounding the area, giving rise to a participatory work plan. The area of 84.69 hectares, indicated for deployment of the Park Theodoro Sampaio, has one of the last remnants of the Atlantic Forest and is located in the 'kernels' of the city and is losing this condition by the various degrading actions in recent decades, since the previous orchard was disabled. This proposal enhance the "Guardians" of the park, bringing it to a co-management model to share and integrate the existing agents plurality that conserve the area. It is taken as reference the application of an innovative participatory methodology - Participatory Project Workshops, developed by the specialization course in Technical Assistance, Housing and Right to the City, as a Professional Residence in Architecture, Urbanism and Engineering, which made possible the meeting between the community aims and professional training, giving form and content to the Park Theodoro Sampaio Plan, in benefit of this location and the city.*

Keywords: Technical Assistantship. Participatory workshops. Shared management. Urban Park. New centralities.



LISTA DE SIGLAS

ACOPAMEC	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão
AMME	Associação de Moradores de Mata Escura
AMJSI	Associação de Moradores do Jardim Santo Inácio
AAPL	Associação Amigos do Parque da Luz
CCR	Companhia de Metrô da Bahia S.A
CETAS	Centro de Triagem de Animais Silvestres
CIA	Companhia do Queimado
CHESF	Companhia Hidroelétrica de São Francisco
CMS	Condomínio Morada do Sol
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CF	Constituição Federal
COMOBA	Conselho de Moradores das Barreiras
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EEMM	Escola Estadual Marcia Méccia
EMC	Escola Municipal Cabula I
EMMC	Escola Municipal Maria Constança
EMM	Escola Municipal 29 de Março
FLORAM	Fundação Municipal do Meio Ambiente
GAC	Gestão Ambiental Compartilhada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LTECS	Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MP/BA	Ministério Público da Bahia
ONG PNPC	Organização não Governamental Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania.
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PLB	Penitenciária Lemos de Brito
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
RAU+E/UFBA	Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia.
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SRCBME	Sociedade Recreativa e Cultural do Bairro de Mata Escura
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TR	Termo de Referência
TBC	Turismo de Base Comunitária do Cabula e Entorno
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNIFACS	Universidade Salvador
UNEB	Universidade do Estado da Bahia



SUMÁRIO

1	Introdução	10
2	Breve contextualização	12
3	Área e comunidade	13
	3.1 Associações envolvidas e parceiros no processo de intervenção	15
	3.2 Endereço da Associação representante	17
	3.3 Principais lideranças para contato	17
4	Descrição da área, problemática e justificativa da proposta coletiva de assistência técnica	17
	4.1 Histórico da área objeto de estudo	17
	4.2 Legislação Específica: Classificação da área segundo o PDDU	18
	4.3 Questão fundiária – Usos e ocupações na área do Parque Theodoro Sampaio	20
	4.4 Problemática encontrada	23
	4.5 Justificativa	25
5	Pesquisas, oficinas, metodologias definidas na proposta coletiva de assistência técnica	26
	5.1 Primeira etapa: Aproximação com a comunidade e Assistência Técnica	26
	5.2 Segunda etapa: Realização das oficinas nos bairros	27
6	Desenvolvimento da proposta individual de Assistência Técnica	34
7	Proposta da Gestão Compartilhada no Plano para implantação do Parque Theodoro Sampaio	36
	7.1 Síntese da problemática	37
	7.1.1 Guardiões do Parque Theodoro Sampaio	37
	7.2 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva	41
	7.3 Embasamento Teórico	42
	7.4 Oficinas de aproximação à proposta	44
	7.5 Detalhamento da proposta da Gestão Compartilhada para implantação do Parque Theodoro Sampaio	45
	7.5.1 Etapa 1: Estruturação administrativa do Parque e a responsabilidade dos “Guardiões proprietários” da área	46
	7.5.2 Etapa 2: Firmar um “TAC” com os degradadores do Parque Theodoro Sampaio	47
	7.5.3 Etapa 3: Firmar Convênio e Contrato de Gestão	48
	7.6 Modelo da Gestão Compartilhada aplicado ao Parque Theodoro Sampaio	49
	7.6.1 Criação do Conselho Gestor: Poder Público e Sociedade Civil	49
	7.6.2 Setorização e Gestão dos setores	50
	7.6.3 Definição dos responsáveis pelas principais atividades	52
	7.6.4 Gestão das demais atividades desenvolvidas no Parque	53
	7.6.5 Fonte de Recursos	55
	7.7 Metas: curto, médio e longo prazo	55
8	Recomendações para o Termo de Referência	56
9	Cronograma previsto (prazos para próxima etapa de execução)	56
	9.1 Cronograma de execução do projeto	56
10	Equipe técnica e orçamento previsto	57
	10.1 Previsão orçamentária de contratação de equipe técnica	58
	10.2 Orçamento previsto	59
11	Considerações finais	59
12	Referências	60
13	Apêndices	63



Apêndice A: Mapa da área destinada à implantação do Parque Urbano segundo o Decreto n.º 19.753/2009-----	63
Apêndice B: Classificação da área do Parque Theodoro Sampaio segundo o PDDU de 2016-----	63
Apêndice C: Sistema viário do entorno do Parque Theodoro Sampaio-----	64
Apêndice D: Área do antigo Horto Florestal de Mata Escura/Cabula-----	64
Apêndice E: Mapa com os “Territórios invisíveis” dos bairros-----	64
Apêndice F: Mapa mental da área do Parque Theodoro Sampaio-----	65
Apêndice G: Mapa dos Sonhos dos jovens moradores para a área do Parque Theodoro Sampaio-----	65
Apêndice H: Quadro de palavras – “ <i>Brainstorming</i> ”-----	65
Apêndice I: Mapa Temático dos bairros-----	66
Apêndice J: Maquete da área do Parque Theodoro Sampaio-----	66
Apêndice K: Mapa da área do Parque Theodoro Sampaio e possíveis acessos-----	66
Apêndice L: Gestão Compartilhada como modelo adotado por alguns Parques Urbanos no Brasil-----	67
14 Anexos-----	70
Anexo A: Relatório de visita ao Horto-----	70
Anexo B: Cópia da Ata de Constituição-----	80
Anexo C: Nomeação do Representante legal da Instituição-----	81
Anexo D: Cópia de Identidade do Representante legal da Instituição-----	83

PARQUE THEODORO SAMPAIO



PLANO PARA IMPLANTAÇÃO



1 INTRODUÇÃO

Nas cidades, as atividades humanas resultam na modificação da morfologia e na (re) produção do espaço urbano. Estas transformações são decorrentes de processos sociais, entre os quais as intervenções públicas, os interesses de mercado na acumulação do capital e a reprodução social têm importantes impactos.

De acordo com Corrêa (2002), estes processos resultam em atividades e suas materializações, cuja distribuição constitui a própria organização do espaço urbano, consolidando assim processos de configuração de centralidades urbanas. Este processo segmenta a cidade em dois setores principais: o núcleo central e a zona periférica. As principais diferenças entre estes são: nas áreas centrais, se encontram as principais atividades comerciais, de serviço, de gestão pública e privada. Já na zona periférica, com uso predominantemente habitacional e desprovida de equipamentos comunitários, existem vazios urbanos.

Nas cidades contemporâneas, mais fragmentadas, essa divisão vai se diluindo, configurando espaços de usos mistos, com novas centralidades, impulsionadas pela urbanização crescente do território e pelo mercado imobiliário que vai abrindo novas fronteiras de ocupação e valorização do espaço urbano. Nessa dinâmica as antigas áreas centrais também se renovam, atraindo outras funções.

No Brasil, o crescimento acelerado das cidades ao longo do século XX reproduz esse modelo, com características próprias. Grandes levas migratórias de populações pobres são expulsas das áreas rurais e passaram a chegar às cidades capitais, sem que houvesse alternativa efetiva de políticas públicas provedoras de habitação planejada. Dessa forma, vão ocupando as periferias urbanas, informalmente, configurando uma intensa segregação da pobreza, em áreas desprovidas de equipamentos urbanos, geralmente longe das áreas centrais mais valorizadas¹. Mais recentemente, o esvaziamento de antigos centros vem atraindo movimentos sem-teto, que ocupam edifícios ociosos em busca de moradia melhor localizada.

Na cidade de Salvador, nos últimos quarenta anos, houve um processo de saturação das áreas centrais e a perda da acessibilidade ao centro tradicional, o que contribuiu significativamente para que esse espaço entrasse em decadência, favorecendo a criação de novas centralidades periféricas e descentralização de atividades (comércio, serviços, indústrias e novos centros para setores da administração pública).

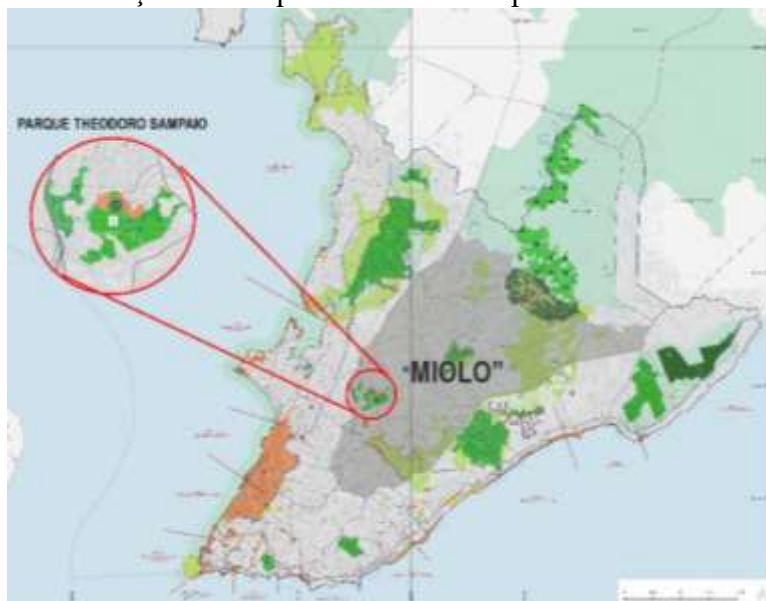
¹ Vários autores no Brasil estudam essa configuração; para Salvador ver BRANDÃO (1976) e GORDILHO-SOUZA (1990 e 2008). As primeiras ocupações coletivas datam de meados da década 1940, processo que se mantém até então como principal forma de acesso à moradia, representando cerca de 60% da população em 2006 (Gordilho-Souza, 2008).

Conforme Gordilho-Souza (2012), na década de 1970 o Centro Antigo de Salvador atingiu o seu auge na concentração das atividades econômicas de serviços e comércio e como praça financeira, passando a sofrer, a partir de então, um processo de esvaziamento e decadência, impulsionado pela realização de uma série de obras fora da área central, tais como: a abertura da Av. Paralela; a construção do Centro Administrativo da Bahia e a implantação de um novo centro comercial em suas proximidades; a construção do Shopping Center Iguatemi; e a implantação de muitos edifícios de escritórios, lojas comerciais e equipamentos urbanos.

A emergência de novas demandas e a ação de agentes diversificados na produção imobiliária resultaram em espaços urbanos mais complexos, que caracterizam a ocupação urbana até o início de século XXI. Mesmo com a criação de novas centralidades urbanas na área de expansão da cidade formal, seja pela criação de novos centros de comércio e serviços, mantem-se, entretanto, uma ampla periferia urbana com predominância de habitação de baixa renda, dotadas basicamente de centralidades locais, com ausência de equipamentos urbanos de uso da população da cidade.

Buscando propor projetos capazes de potencializar novas centralidades urbanas para áreas periféricas desprovidas de infraestrutura e equipamentos, com base no desenvolvimento de um trabalho coletivo participativo, o objetivo principal deste trabalho é elaborar uma proposta de Gestão Compartilhada para a implantação do Parque Theodoro Sampaio, inserido no “Miolo²” de Salvador (Figura 1).

Figura 1: Localização do Parque Theodoro Sampaio no “Miolo” de Salvador.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

² Denominação do espaço geográfico localizado entre o limite norte do Município e os principais eixos de articulação urbano-regional de Salvador – a BR-324, a Av. Luiz Viana Filho (Paralela) e a BA-526 (rodovia CIA–Aeroporto).

A presente proposta toma como base as discussões ocorridas na experiência de Assistência Técnica em oficinas e pesquisas de campo desenvolvidas, em bairros do entorno, que deram origem a um Plano de Trabalho Participativo para sua efetivação, no âmbito de um processo de co-gestão deste espaço. Estas oficinas tiveram como objetivo discutir as demandas locais e o como inserir, em áreas periféricas, atividades urbanas que são atribuídas apenas aos bairros mais favorecidos.

Dada a complexidade das ocupações existentes na área destinada ao Parque Theodoro Sampaio e o intenso processo de degradação observado, ressalta-se que o pressuposto conceitual fundamental para este projeto foi compreender a pluralidade dos agentes presentes nesta área, que se afirmam como “Guardiões”³. Portanto, torna-se importante a integração dos “Guardiões” através de um modelo de gestão que compartilhe as responsabilidades e acople a pluralidade desses atores na conservação deste espaço no “Miolo” da cidade.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

No final do ano de 2015, instituiu-se a segunda turma da RAU+E/UFBA, desenvolvida pelo curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, pautado na Lei Federal No. 11.888, de 24 de dezembro de 2008, na forma de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA), por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA).

Com esse objetivo a equipe RAU+E/UFBA Mata Escura⁴, adotando a princípio o Bairro de Mata Escura como sua poligonal de intervenção, levou em consideração a proposta inicial desenvolvida em 2004 na Faculdade de Arquitetura da UFBA, no âmbito do Ateliê T02/2004, quando foi promovido um trabalho de extensão com jovens da comunidade de Mata Escura e Calabetão e alunos de graduação dessa Faculdade, numa parceria com a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC), da qual resultou na publicação de um livro, “MATA ESCURA - Plano de Intervenção”⁵.

Tomando como base este trabalho desenvolvido pela UFBA em 2004/2005, buscou-se, na turma da Residência 2015, dar continuidade ao referido estudo, com um foco profissional, por meio do

³ Os “Guardiões” são atores locais que vêm preservando, mesmo que de forma segmentada, este espaço de riquezas e potencialidades de reserva ambiental que está destinado para a implantação do futuro Parque.

⁴ Composta pelas Urbanistas Débora Marques e Andréa Bianca Chong; pelos Arquitetos: Joaquim Nunes, Fernanda D’Angelo, Elizete Vidotti, Gisele Paiva e Patrícia Duarte e pelo Engenheiro Sanitarista e Ambiental, Danilo Sobrinho.

⁵ Trabalho realizado com alunos de graduação, desenvolvido em 2004, teve como objetivo a extensão de jovens da ACOPAMEC que junto com professores da UFBA, fizeram um plano de intervenção para o bairro da Mata Escura. Ver nesse sentido Gordilho-Souza et al., 2005.

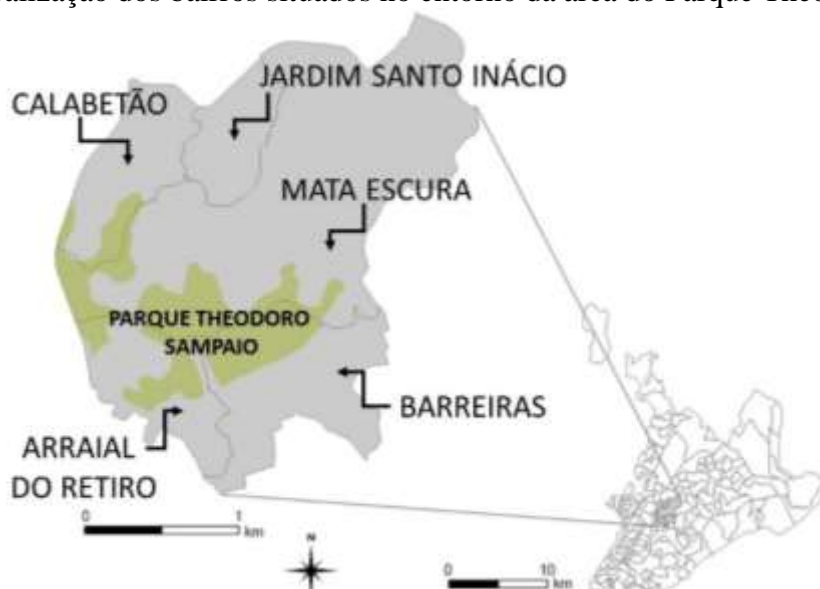
auxílio de: 5 arquitetos; 2 urbanistas e 1 engenheiro sanitário e ambiental, que compuseram a equipe RAU+E Mata Escura. As novas demandas⁶ foram apresentadas e expostas pelo Pe. Michael Ramon (diretor/presidente da ACOPAMEC), à Professora Angela Gordilho. Com base nestas demandas a equipe definiu cinco eixos temáticos: FLUXO; ENCONTROS; PAISAGEM; SANEAMENTO e **ÁREAS VERDES**.

O **EIXO ÁREAS VERDES**, devido a sua complexidade por abranger uma extensa área vegetada⁷, além das Represas do Prata e da Mata Escura, originou uma nova equipe a qual reconhece a área do futuro Parque Theodoro Sampaio como seu objeto de estudo. Composta pela Urbanista Débora Marques e pelas Arquitetas: Elisete Vidotti; Patrícia Duarte e Gisele Paiva. Este eixo tem como objetivo, elaborar um plano participativo para implantação do Parque Theodoro Sampaio, com cinco comunidades situadas no entorno.

3 ÁREA E COMUNIDADE

Os bairros considerados escolhidos pelo Eixo Áreas Verdes para realização das oficinas - Mata Escura, Arraial do Retiro, Barreiras, Jardim Santo Inácio e Calabetão, estão localizados no Miolo de Salvador. Como a cidade de Salvador não possui delimitações oficiais de seus bairros, no presente trabalho, para efeito de dados socioespaciais, tomou-se como base as delimitações definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) (Figura 2).

Figura 2: Localização dos bairros situados no entorno da área do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

⁶Demandas expostas: Avanço das ocupações sobre a área de proteção ambiental (antigo Horto Florestal); Dificuldade de mobilidade na Rua Direta de Mata Escura; Projeção de campo, para convívio social, em uma área de propriedade da ACOPAMEC no Calabetão e proposta sobre a dinâmica dos resíduos sólidos no bairro.

⁷Área vegetada é um local onde as plantas crescem e se multiplicam.

Estes bairros possuem juntos, subespaços definidos por 85 setores censitários e corresponde a uma população de 71.306 habitantes. Em uma área total de 558 hectares, possuem uma densidade populacional de 12.779 Hab./Km², com uma renda mensal de 2,42 salários mínimos por família, segundo dados do censo 2010 do IBGE.

Já o espaço destinado à implantação do futuro Parque Theodoro Sampaio possui 84,69 hectares, sendo aproximadamente 42,64 hectares de remanescentes de Mata Atlântica, em uma área limítrofe entre os bairros supracitados. Para chegar à delimitação final do Parque, foi necessária a realização de um estudo aprofundado por parte da equipe de residentes, tendo em vista que a área possui distintas delimitações que demonstram imprecisão enquanto à dimensão do Parque.

A redefinição dos limites do Parque, esteve baseada em critérios como: marcos encontrados na região; descrições expostas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU de 2008 e 2016); Decreto N^o.19.753/2009 (Apêndice A); títulos de posse de algumas propriedades do entorno; Características físicas da região por meio da análise de imagens de satélite do *Google Earth* de 2015/2016⁸; Áreas verdes contíguas e com importante valor ambiental; Mananciais; Topografia; Morfologia; Caminhos; Acessos; Fundo de áreas construídas; Áreas muradas; Vias, além de estudos técnicos, da consulta com a comunidade e das visitas a campo, para se chegar a uma delimitação final precisa da perimetral do Parque e sua área.

Nesta nova delimitação a área destinada ao Parque Theodoro Sampaio, corresponde ao entorno das represas do Prata e de Mata Escura, que no início do século XX foi objeto de implantação do sistema de abastecimento de água de Salvador sendo requalificadas em 1910, pelo engenheiro Theodoro Sampaio. Deriva daí a denominação de “**Parque Theodoro Sampaio**”, definida pela população local dos bairros situados no entorno da área, como forma de resgate da história da cidade nessa localidade (Figura 3).

⁸ Embora a delimitação tenha sido realizada com base em imagens aéreas de 2015/2016, a representação feita no mapa da figura 2 corresponde à ortofotos de 2010. Essa escolha deu-se, pois, as imagens do *Google Earth* não possuem uma boa resolução, já as ortofotos apresentam uma maior qualidade para visualização e demonstração da delimitação proposta.

Figura 3: Poligonal do Parque Theodoro Sampaio, resultante das pesquisas e estudos prévios.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E - Eixo Áreas Verdes, 2016, com base em ortofotos cedidas pela CONDER.

3.1 ASSOCIAÇÕES ENVOLVIDAS E PARCEIROS NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO.

Dentro dos cinco bairros apresentados, encontram-se algumas associações comunitárias, (Quadro 1), que participaram de todo o processo de elaboração do Projeto para a implantação do Parque Theodoro Sampaio, através das oficinas nos bairros. Dentre estas estão:

Quadro 1: Relação das Associações envolvida no plano para implantação do Parque Theodoro Sampaio.

ASSOCIAÇÕES ENVOLVIDAS E PARCEIROS NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO							
BAIRRO	SIGLA	NOME DA ASSOCIAÇÃO/ INSTITUIÇÃO/ONG	ANO DE FUNDAÇÃO	CNPJ	PRESIDENTE RESPONSÁVEL	CONTATO	ENDEREÇO
MATA ESCURA	COND. RECANTO VERDE	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONDOMÍNIO RECANTO VERDE	1984	13.611.991/0001-90	—	—	Av. Cardeal Avelar Brandão Vilela, n 1057. CEP: 41225-680, Box 01 Centro Comercial I
	ONG PNFC	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL PRESERVANDO A NATUREZA E FRATICANDO A CIDADANIA	2002	13506150/0001-13	Ronaldo A. Torres	(71) 9 9204-2476/ 9 8819-4780	Conj. Recanto Verde, n 1057.
	ACOFAMEC	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES PAROQUIAIS DE MATA ESCURA E CALABETÃO	1990	40554925/0001-07	Pe. Michael Ramon	(71) 3306-1817	Rua São Mateus, n 06, CEP 41220-200
	AMME	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE MATA ESCURA	1993	00088107/0001-33	Sr. Cosme Santos Chinelos	(71) 9 9618-6442	Rua Direta do Campo, S/N. Nova Mata Escura.
	TERREIRO BATE-FOLHA	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SANTA BÁRBARA	1916	40.593.501/0001-43	Cícero (Pai de Santo responsável).	(71) 3306-2163	Tv. Dionísio Brito Santana.
	SRCBME	SOCIEDADE RECREATIVA E CULTURAL DO BAIRRO DA MATA ESCURA	1968	—	Carlos Vieira	—	Travessa da União CEP: 41225-150
BARREIRAS	COMOBA	CONSELHO DE MORADORES DAS BARREIRAS	1977	—	Ribeiro	(71) 9 8196-3076	Rua Fernando Pedreira –Estrada das Barreiras.
JARDIM SANTO INÁCIO	AMJSI	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM SANTO INÁCIO	1997	02353149/000-80	Elli Moura Santos	(71) 9 8513-7428	Rua Paraíso do Santo Inácio, n 15.

Fonte: Elaborado pelo Eixo Áreas Verdes, 2016.

Além dessas associações, existem outros parceiros envolvidos que apoiaram todo processo (Quadro 2):

Quadro 2: Relação dos demais parceiros envolvidos.

PARCEIROS NO PROCESSO DE INTERVENÇÃO						
BAIRRO	SIGLA	NOME DA INSTITUIÇÃO	ANO DE IMPLANTAÇÃO	RESPONSÁVEL	CONTATO	ENDEREÇO
BARREIRAS	CETAS/IBAMA	CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS	1990	Josiano Cordeiro Torezani	(71) 3433 - 1241 / 9 8358 - 2116	Rua Fernando Padreira, S/ n°. Estrada das Barreiras. CEP: 41195-220
MATA ESCURA	EEMM	ESCOLA ESTADUAL MARCIA MECCIA	1994	Prof. Laura Rodrigues Souza Silva	(71) 3390-6892/3306-9783	Rua Benjamin Abdon. S/N. CEP: 41219-040
MATA ESCURA	EMC	ESCOLA MUNICIPAL CABULA I	—	Prof. Aline Duarte	(71) 3611-5435	Conjunto ACM. CEP-41954-20
MATA ESCURA	EMMC	ESCOLA MUNICIPAL MARIA CONSTANÇA.	1975	Prof. Jamile Barbara da Boa Morte Brito Oliveira	(71) 3611-5504/3306-9055	Rua Benjamin Abidon. CEP:41219-040
JARDIM SANTO INÁCIO	EMM	ESCOLA MUNICIPAL 29 DE MARÇO.	2000	Prof. Cleonice Nonato dos Anjos	(71) 3392-1113/ 3391-9990	Praça Jardim Santo Inácio Quadra -c Lote -06, 1, Prédio. CEP: 41231-015.
SUSSUARANA	48° CIPM	48° COMPANHIA INDEPENDENTE DE POLÍCIA MILITAR	—	Cmte. Major PM César Souza Ferreira	(71) 3117-2900 / 2901	Praça Almiro Pinho, Final de Linha de Sussuarana - CEP: 41.213-560.
CAMPO GRANDE	MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	—	Railton Lopes dos Santos	(71) 3444-7468 (71) 8620-4285	Largo dos Afritos, s/n – Ed. Ceres, 4 andar. CEP: 40060-030
FEDERAÇÃO	RAU+E/UFBA	RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	2013	Drª Angela Gordilho de Souza	(71) 3283-5896	Rua Castano de Moura, 121. CEP 40210-350.
CABULA	TBC	PROJETO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CABULA E ENTORNO	2010	Prof. Franciscade Paula	(71) 3117-2405	Rua Silveira Martins, n 2555, CEP: 41.150-000. Prédio da Pós Graduação, Sala do Grupo de Pesquisa Sociedade Solidária, Educação, Espaço e Turismo (SEETU)

Fonte: Elaborado pelo Eixo Áreas Verdes, 2016.

E demais entidades (Quadro 3), que atuam na área e não participaram deste processo. Estas entidades são importantes e devem se tornar futuros parceiros nesse processo de implantação:

Quadro 3: Relação das entidades que atuam na área, mas não participaram do processo.

OUTRAS ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPARAM DO PROCESSO	
SIGLA	NOME DA ENTIDADE
EMBASA	EMPRESA BAIANA DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A.
CMS	CONDOMÍNIO MORADA DO SOL
CHESF	COMPANHIA HIDROELÉTRICA DE SÃO FRANCISCO
PLB	PENITENCIÁRIA LEMOS DE BRITO
CCR METRÔ	COMPANHIA DE METRÔ DA BAHIA S.A
PMS	PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR

Fonte: Elaborado pelo Eixo Áreas Verdes, 2016.

A participação das comunidades supracitadas, foi essencial para o enriquecimento do processo de elaboração das propostas. Questões específicas da área foram apresentadas por moradores antigos no decorrer das oficinas, fazendo com que questões pertinentes à fase de elaboração dos

projetos como: acessos; acessibilidade e principais vias de ligação ao Parque, fossem esclarecidas.

3.2 ENDEREÇO DA ASSOCIAÇÃO REPRESENTANTE

Nome Legal: Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão – ACOPAMEC (Anexos B, C e D).

CNPJ: 40554925/0001-07

Presidente: Pe. Michael Ramon.

Vice-Presidente: Josélia Duarte Gomes.

Endereço: Rua São Mateus, n 06, CEP 41220-200 - Bairro de Mata Escura, Salvador.

Contato: Telefone: (71) 3306-1817

E-mail: acopamec@acopamec.org.br.

Web Site: <<http://www.acopamec.org.br/a-acopamec.php>>.

3.3 PRINCIPAIS LIDERANÇAS PARA CONTATO

Joice Cristina Jesus Santos – Educadora Social da ACOPAMEC: (71) 98703-4743.

Josélia Duarte Gomes – Vice-presidente da ACOPAMEC: (71) 99962-6868.

Cosme Chineles – Presidente da AMME: (71) 99618-6442.

Angela Ignez da Costa Bacelar – Moradora do Cond. Recanto Verde: (71) 99632-0511.

Pr. Elli Moura – Presidente da AMJSI: (71) 98513-7428.

4 DESCRIÇÃO DA ÁREA, PROBLEMÁTICA E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA COLETIVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.1 HISTÓRICO DA ÁREA OBJETO DO ESTUDO

Para melhor entendimento da área objeto desta pesquisa, traremos a seguir, uma breve retrospectiva com os principais acontecimentos ocorridos neste local (Quadro 4).

Quadro 4: Histórico da área destinada ao Parque Theodoro Sampaio.

ANO	HISTÓRICO RECENTE
1880	A Companhia do Queimado (CIA), uma empresa de capital privado, comprou parte das Fazendas Bate Folha e São Gonçalo para construir as barragens da Mata Escura e do Prata, com o objetivo de possibilitar o abastecimento de água de Salvador.
1905	A responsabilidade da distribuição de água passa para o poder municipal, bem como as terras que pertenciam a esta Companhia, exceto 38 hectares ao sul da área.
1910	As represas, do Prata e da Mata Escura, foram requalificadas pelo Engenheiro Theodoro Sampaio, para integrá-las à rede de abastecimento de água da cidade.
1956	Os 38 hectares ao sul da área, foram doados à União, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da Lei Municipal N° 670 de 23 de março de 1956, para a instalação do Horto Florestal, visando o fornecimento de mudas para a arborização da cidade.
1987	As Represas do Prata e da Mata Escura foram desativadas devido à baixa vazão e poluição, ficando

	sob os cuidados da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), por mais cinco anos.
1994	A área, de 38 hectares doada à União (Ministério da Agricultura) em 1956, foi cedida gratuitamente pelo prazo de 10 anos ao Município de Salvador, com o objetivo de implantação de programas de reflorestamento e educação ambiental.
1998	Quatro anos após a referida cessão ao Município, observou-se que esta área se encontrava em péssimas condições, constatando a ocorrência de ocupações irregulares. Diante disso, a Defensoria Pública da União/BA, determinou a demarcação do terreno da União, suscitando a possibilidade de se proceder ao cadastramento das ocupações irregulares do local.
2000	O Município de Salvador, por meio do Decreto Municipal nº 12.563 de 18 de fevereiro de 2000, declarou sem eficácia a doação feita a União em 1956, com o argumento de que o Horto Florestal se encontrava desativado, determinando assim a reversão do imóvel ao seu patrimônio por meio da “cláusula de reversão à doadora”. O registro desse ato foi levado a efeito em 13 de maio de 2000, no Ofício Imobiliário competente, sem qualquer notificação à União.
2006	A União entra com o pedido de ação anulatória de ato administrativo contra o Município de Salvador, solicitando assim a anulação do Decreto nº 12.563/2000.
2008/2009	A propriedade, ainda sob domínio do Município, foi classificada na Lei nº 7.400/2008 - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, (PDDU, 2008), como Parque do Vale da Mata Escura e do Rio do Prata e a delimitação desse Parque Urbano foi elaborada e aprovada pelo Decreto nº. 19.753 no ano de 2009.
2011 a 2014	Tramitou em julgamento a ação anulatória do Decreto Municipal nº 12.563/2000e em 2014 surgiu um mandado junto ao Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Salvador a fim de se proceder o cancelamento do registro do Decreto Municipal nº 12.563/2000. Sendo assim houve a desocupação por parte do Município da área pertencente à União.
2016	No PDDU DE 2016 o ordenamento territorial da Macroárea de Estruturação Urbana, tem como estratégia a implantação do Parque Urbano da Mata Escura de forma integrada à estrutura urbana, respeitando as características ambientais e culturais do território e as práticas sociais pré-existentes, seguindo as mesmas diretrizes do PDDU anteriormente exposto.

Fonte: Elaborado pela equipe Eixo Áreas Verdes com base em CALDAS (2011); PDDU (2008 e 2016); e em documentos disponibilizados pelo MAPA (2016).

4.2 LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS: CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA SEGUNDO O PDDU

No Art. 276, o atual PDDU de Salvador (2016), classifica Parque Urbano como:

Área pública extensa, dotada de atributos naturais, ou entronizados, significativos para a qualidade do meio urbano, para a composição da paisagem da cidade e como referência para a cultura local, destinando-se ao lazer ativo e contemplativo, à prática de esportes, atividades recreativas e culturais da população, à educação ambiental, e eventualmente, à pesquisa científica. Parágrafo único: Os parques urbanos poderão incluir na sua concepção trechos urbanizados, dimensionados de acordo com a extensão territorial e as características ambientais, e funcionais de cada área, e serão dotados de mobiliário 145 e equipamentos de apoio aos usuários que favoreçam a visitação o desenvolvimento de atividades culturais e uso pleno do espaço público (SALVADOR, 2016, p. 144).

Em seu Art. 279, o PDDU (2016) estabelece as seguintes diretrizes para Parques Urbanos:

- I. Elaboração de planos específicos objetivando a definição das atividades a serem desenvolvidas em cada parque, considerando os atributos ambientais existentes e sua fragilidade, de modo a compatibilizar a conservação ambiental com o uso para o lazer, a recreação, o turismo ecológico, atividades culturais e esportivas e como centro de referência para a educação ambiental;
- II. Tratamento urbanístico e paisagístico adequado às funções de cada unidade, que assegurem a conservação ambiental, a preservação e valorização da paisagem e dos equipamentos públicos instalados, a manutenção de índices altos de permeabilidade do solo e da vegetação adaptada para o sombreamento e o conforto ambiental;
- III. Adoção de medidas de controle de invasões e danos ambientais, com participação das comunidades vizinhas; adoção de medidas de controle das invasões, com participação das comunidades vizinhas;
- IV. Implantação de programas para recuperação de áreas degradadas, contemplando a recomposição ambiental e paisagística. (SALVADOR, 2016, p. 145).

Em Salvador existem 10 (dez) Parques Urbanos classificados e mais 3 (três) propostos para serem implantados, conforme a Lei nº 9.069 de 2016, que dispõe sobre o mais recente Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU de 2016). Observa-se que a maioria destes parques existentes, são próximos apenas dos bairros mais nobres da cidade situados na Orla, e distantes do Miolo (Figura 4). A localização e a distância desses parques, são fatores que dificultam o acesso de alguns moradores das áreas periférica.

Figura 4: Mapeamento dos Parques Urbanos em Salvador segundo o PDDU de 2016.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

Em seu Art. 278, o PDDU de 2016 dispõe a implantação destes novos Parques Urbanos, mediante estudo e projeto específico e denomina a área, objeto deste estudo, como Parque do Vale da Mata Escura e do Rio do Prata, configurando-o como Área de Proteção de Recursos Naturais, APRN, onde são apontadas as seguintes diretrizes:

- a) Zoneamento da APRN, com delimitação das áreas de preservação permanente e áreas de amortecimento, considerando o uso e ocupação do solo existente;
- b) Preservação da vegetação remanescente da Mata Atlântica, nos rios e áreas alagadiças, de forma compatibilizada e controlada com os usos de lazer, turismo ecológico, atividades culturais e como centro de referência para educação ambiental;

- c) Realização de estudos para a **implantação de Parque Urbano**, com tratamento urbanístico e implantação de equipamentos de recreação e lazer na área próxima à BR-324, integrado à Estação Bom Juá do Metrô;
- d) Implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a urbanização dos assentamentos precários urbanizáveis existentes na data da publicação desta Lei e o reassentamento das áreas não urbanizáveis, a critério do Executivo (SALVADOR, 2016, p. 132, grifo do autor).

Este espaço ainda se encontra classificado, mediante o PDDU (2016), como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) (Apêndices B). Como APCP, encontra-se o Terreiro de Candomblé do Bate Folha *Manso Banduquenqué*, localizado na área de estudo.

Segundo o PDDU 2016, os estudos para implantação do Parque Urbano do Vale da Mata Escura deverão contemplar a complexidade dos territórios que o integram, suas interrelações e a relação com o entorno, o que envolve:

- I. Definição de usos e manejo sustentável compatível com os remanescentes de mata atlântica e a proteção cultural e paisagística do terreiro do Bate Folha, bem tombado pelo IPHAN;
- II. Implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a urbanização de assentamentos precários urbanizáveis existentes na publicação desta Lei, e o reassentamento das áreas não urbanizáveis a critério do Executivo;
- III. Desenvolvimento de projeto urbanístico que possibilite a continuidade espacial e a integração dos subespaços localizados em cotas altimétricas diferenciadas, favorecendo o acesso e uso público;
- IV. Implantação de equipamentos de esporte, recreação e lazer na área marginal à BR 324, integrados a estação Bom Juá do Metrô; até o momento, ano de 2016, a área destinada para implantação deste Parque Urbano continua sendo foco de ocupações irregulares e degradação ambiental, servindo apenas como palco de ações que suprimem a cada dia seus espaços verdes (Salvador, 2016, p. 146).

Embora esta área esteja destinada para a implantação de um Parque Urbano no “Miolo” de Salvador, atualmente - 2016, está servindo apenas como palco de intensas degradações ambientais e não possui nenhum detalhamento⁹ para a sua implantação.

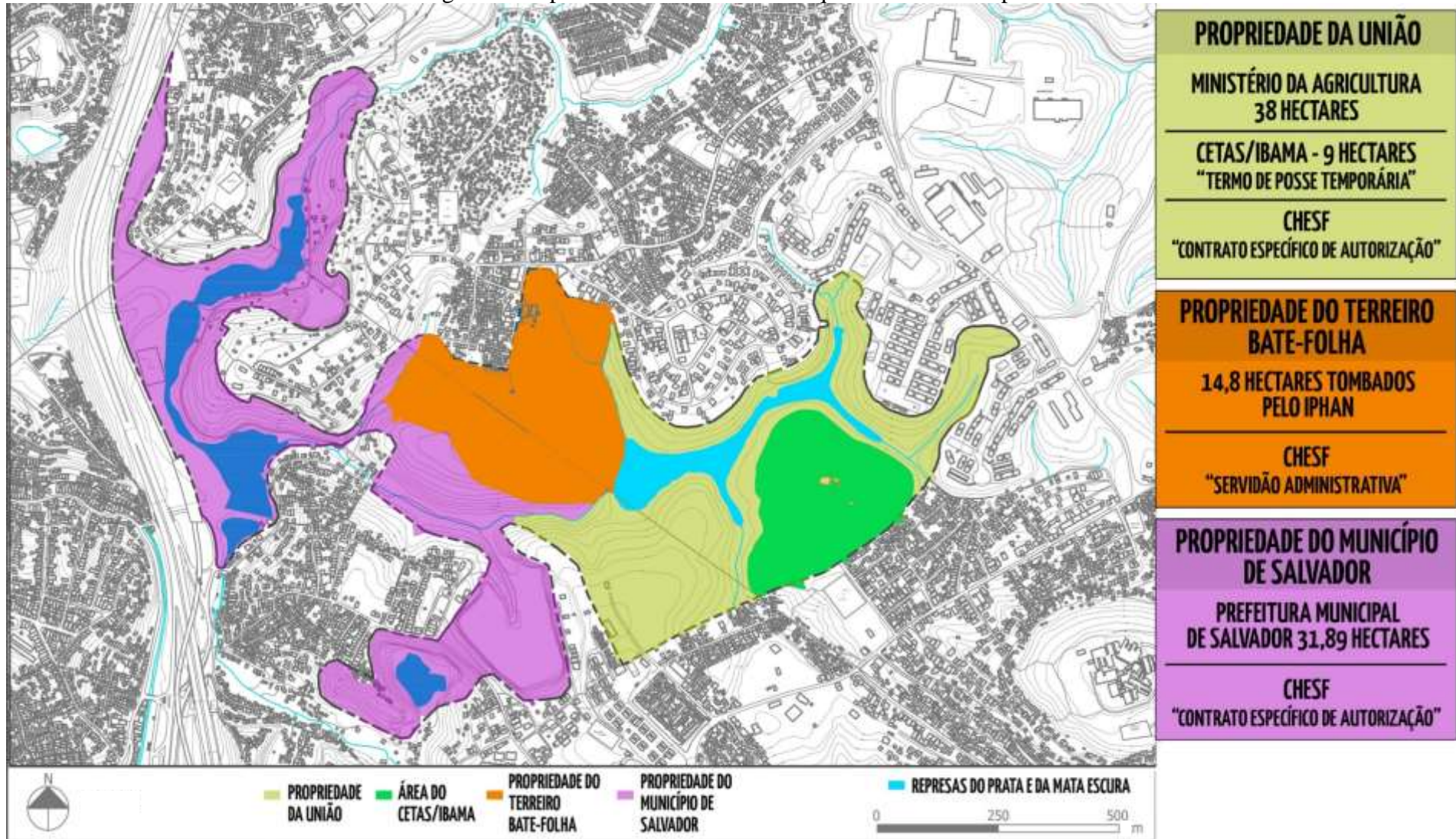
4.3 QUESTÃO FUNDIÁRIA - USOS E OCUPAÇÕES NA ÁREA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO

A área onde se pretende implantar o Parque Theodoro Sampaio (área de 84,69 hectares) possui distintos proprietários, sendo estes: a União, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Alimentação (MAPA); o Município de Salvador; e o Terreiro de Candomblé Bate-Folha (Figura 5).

⁹ O PDDU de Salvador (2016), apesar de reafirmar a implantação deste Parque no “Miolo” da cidade, não realizou nenhum detalhamento nem estudo prévio para a respectiva implantação.



Figura 5: Mapa fundiário da área do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

Na propriedade da União encontra-se o Centro de Triagem de Animais Silvestres CETAS/IBAMA, que utiliza 9 hectares da área por meio do ‘Termo de Posse Temporária¹⁰’. Além da Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF) que utiliza da área tombada do Terreiro Bate-Folha por meio de ‘Servidão Administrativa¹¹’ e através de um contrato específico que autoriza o uso na propriedade da União e do Município de Salvador, para a instalação de duas linhas de alta tensão que atravessam a área verde do Parque.

Além destes usos e ocupações, estão situados na área pertencente à União: o Galpão do MAPA; ocupações irregulares e a Represa do Prata. Já na área do Município encontram-se: A Represa da Mata Escura; habitações consolidadas; campo de futebol, bastante utilizado pela população do entorno, além da pedreira e lagoa do Arraial. O Terreiro Bate-Folha possui na sua propriedade apenas a própria sede (Quadro 5).

Quadro 5: Descrição dos usos e ocupações da área do Parque Theodoro Sampaio.

PROPRIEDADE FUNDIÁRIA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO			
PROPRIETÁRIO	ÁREA EM HECTARES	USOS E OCUPAÇÕES	
UNIÃO	38 ha	INTITUCIONAL	CETAS/IBAMA
			CHESF
			GALPÃO DO MAPA
		RESIDENCIAL ESPECIAL	OCUPAÇÕES IRREGULARES
		RESIDENCIAL ESPECIAL	REPRESA DO PRATA
MUNICÍPIO DE SALVADOR	31,89 ha	RESIDENCIAL ESPECIAL	HABITAÇÕES CONSOLIDADAS
		RESIDENCIAL ESPECIAL	CAMPO DE FUTEBOL
		RESIDENCIAL ESPECIAL	LAGOA DO ARRAIAL
		RESIDENCIAL ESPECIAL	PEDREIRAS
		RESIDENCIAL ESPECIAL	REPRESA DA MATA ESCURA
TERREIRO BATE-FOLHA	14,8 ha	INSTITUCIONAL	CHESF
			TERREIRO DE CANDOMBLÉ
			CHESF

Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

Com base nesta classificação, observa-se que 45% da área total do Parque Theodoro Sampaio corresponde à propriedade da União, sendo 38% pertencentes ao Município de Salvador e os 17% restantes ao Terreiro Bate-Folha.

A diversificação do uso do solo na área do futuro Parque Theodoro Sampaio, reflete a atuação dos distintos agentes configuradores, que ocupam esta localidade e suprimem as áreas verdes ali existentes. As ocupações irregulares, situadas no entorno do Galpão do MAPA, são realizadas sem nenhum impedimento por parte do proprietário da área, e este espaço acaba sendo foco de constantes devastações. Os principais usos e ocupações da área destinada ao Parque Theodoro Sampaio foram demarcadas no croqui a seguir (Figura 6).

¹⁰ Termo de Posse Temporária é um documento no qual consta as condições de detenção do imóvel por tempo determinado.

¹¹ Servidão Administrativa é o direito real público que autoriza o Poder Público a usar a propriedade imóvel para permitir a execução de obras e serviços de interesse coletivo [...] São exemplos mais comuns de Servidão Administrativa a instalação de redes elétricas e a implantação de gasodutos e oleodutos em áreas privadas para a execução de serviços públicos (CARVALHO FILHO, 2014, p. 796-797).

Figura 6: Croqui de localização dos usos e ocupações da área do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

4.4 PROBLEMÁTICA ENCONTRADA

Com o processo de ocupação irregular¹² crescente, os espaços verdes situados na área do Parque Theodoro Sampaio foram suprimidos. A falta de fiscalização dos proprietários e a necessidade e busca por moradia por parte de algumas famílias, acabou ocasionando a supressão de uma área vegetada que equivale a aproximadamente 24% da área total destinada ao Parque (Figura 7).

Figura 7: Ocupações irregulares na área pertencente ao MAPA.



Fonte: Acervo da equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes 2016.

A busca por moradia estimulou algumas famílias a ocuparem uma área de propriedade da União. Embora o direito à moradia seja prioridade e deve ser garantido, existe também o direito à natureza na cidade e esse direito deve ser respeitado e também priorizado, visando trazer uma melhor qualidade de vida para toda população. Muitas árvores são retiradas dando lugar a novas

¹² Segundo visita realizada pela Polícia Federal, em março de 2016, foi registrada a existência de aproximadamente 350 famílias nesta localidade (MAPA, 2016). Em julho de 2016, ocorreu uma nova visita na área, desta vez realizada pela SUCOM, com o objetivo de fazer uma vistoria para análise de possível desmatamento e ocupação irregular (SUCOM, 2016).

moradias. Esse desmatamento contínuo ameaça seriamente esse remanescente de Mata Atlântica, um dos poucos existentes no Miolo de Salvador.

Outra problemática existente nessa localidade é a violência e o tráfico de drogas. Por ser uma área que apresenta uma vegetação densa, e sem nenhum equipamento com atividades direcionadas aos jovens locais, muitos grupos utilizam desse espaço para esconderijos e até mesmo consumo de drogas, fato que preocupa os moradores do entorno.

Além desses problemas, observa-se na localidade um alto grau de poluição e degradação da natureza. Espaços que anteriormente eram utilizados para o abastecimento da cidade de Salvador e até mesmo para o lazer de muitas famílias, agora estão recebendo dejetos, resíduos sólidos e efluentes domésticos, tornando-se foco de doenças. Muitas ocupações existentes canalizam o esgotamento de suas casas para o terreno do Parque, além do descarte do lixo nas suas áreas verdes. Essa poluição acaba afetando as nascentes do Rio do Prata e chegam até a Represa do Prata e da Mata Escura, contaminando completamente estas antigas represas de abastecimento da cidade de Salvador.

Caixas coletoras de esgotos, instaladas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), também degradam toda área. Segundo relatos de moradores nas oficinas e em visita realizada pela equipe no mês de março, pode-se observar que as caixas coletoras do esgotamento sanitário de muitos conjuntos habitacionais situados no entorno, estão implantadas no terreno do futuro Parque e algumas dessas caixas se encontram obstruídas, ocasionando o vazamento de efluentes domésticos que são depositados no solo e seguem até as nascentes dos rios desta área de proteção dos recursos naturais (Figura 8) (Anexo A).

Figura 8: Imagens da poluição causada por resíduos sólidos, caixas de esgotos obstruídas e canalizações de esgoto na área do Parque.



Fonte: Acervo da equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes 2016.

Os responsáveis por estas ações que impactam de forma negativa na área do futuro Parque são classificados, no presente trabalho, como **“Degradadores do Parque Theodoro Sampaio”**.

4.5 JUSTIFICATIVA

A relevância do estudo da área do Parque Theodoro Sampaio, surgiu pelos diversos atributos de valor incalculável que está localidade apresenta, não só para a área do “Miolo”, mas também, para a Região Metropolitana de Salvador e seus habitantes. Suas matas remanescentes¹³, umas das últimas existentes no Miolo da cidade, remetem à importância desta área, além da presença das Represas do Prata e de Mata Escura – antigo sistema de abastecimento de água de Salvador. E interessante ressaltar que represas desativadas poderão torna-se recursos importantes em caso de deficiência hídrica e devem ser mantidas em adequado estado de conservação.

Além dessas amenidades a proposta de implantação do futuro Parque trará para esta área a criação de espaços de lazer e convívio social, que atualmente são escassos nesta localidade, para que os jovens possam utilizá-los na busca de novas atividades de recreação, deixando de lado as drogas e o tráfico. Novos equipamentos e infraestrutura, que estão sendo desenvolvidos por outros membros da equipe do EIXO ÁREAS VERDES serão acoplados neste Projeto, propiciando a oferta para a população local (SILVA, 2016).

A criação do plano para implantação do Parque Theodoro Sampaio buscará estancar novas ocupações que suprimem a cada dia as áreas verdes desde remanescente de Mata Atlântica. É necessário que haja uma atenção especial para este espaço, pois, se nada for feito, ele será completamente ocupado e a cidade perderá uma riquíssima área verde e a possibilidade de um equipamento de recreação e convívio social.

Essa implantação resultará em impactos positivos, a saber: diminuição de deslocamentos, preservação ambiental, melhoria da ‘qualidade de vida’, geração de emprego, renda.

No que se refere aos impactos positivos, sua implantação evitará a necessidade de deslocamento das pessoas ai residentes para equipamentos similares em outros pontos da cidade, ensejando, a redução de viagens de pessoas e carros. A preservação ambiental, fator importante na manutenção deste espaço, incrementará a ‘qualidade de vida’, pela presença de novos espaços de lazer, tais como: trilhas de educação ambiental, anfiteatro, parque infantil, próximos à população. Do ponto de vista ecológico permitirá ainda um melhor equilíbrio dos fatores ambientais. A

¹³ [...] Vegetação em estágio inicial e médio de regeneração, com grande variedade de árvores, tais como: ingá, dendezeiro, aroeira, gameleira, jequitibá, cajazeira, castanheira, pau de leite, muitas plantas de brejo (Imbé-do-brejo, helicônia, embaúba do brejo), além de algumas árvores exóticas como amendoeira, jaqueiras e bambus. De animais/fauna [...] muitos insetos, besouros e sagui/mico, embora exista presença de outros animais e árvores também neste remanescente da Mata Atlântica.

existência do equipamento urbano poderá ainda proporcionar geração de emprego e renda beneficiando as comunidades vizinhas, uma vez que o Parque poderá abrigar atividades comunitárias rentáveis com a implantação de infraestrutura para tais finalidades.

Assim, a implantação do Parque Theodoro Sampaio trará benefícios não apenas para os moradores do seu entorno, mas, também para toda cidade de Salvador, devido as características de valor ambiental. A localização estratégica com posição geograficamente central são especificidades desse futuro Parque. Sua proximidade com algumas das principais vias da cidade e com a Estação de Metrô de Bom Juá, favorece o acesso para esta localidade e reforçam a necessidade da implantação do Parque Urbano proposto (Apêndice C).

Portanto, conclui-se que a área do presente estudo é de extrema importância para a cidade de Salvador e os fatos confirmam a relevância deste trabalho de Assistência Técnica na elaboração do plano participativo para a implantação do Parque Theodoro Sampaio, favorecendo o surgimento deste equipamento no “Miolo” da cidade.

5 PESQUISAS, OFICINAS, METODOLOGIAS DEFINIDAS NA PROPOSTA COLETIVA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.1 PRIMEIRA ETAPA: APROXIMAÇÃO COM A COMUNIDADE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

A primeira reunião na comunidade ocorreu no final do ano de 2015, entre um grupo de profissionais arquitetos e urbanistas integrantes da Residência AU+E/UFBA, em parceria com a ACOPAMEC. Neste encontro, obteve-se a participação da equipe RAU+E Mata Escura, da professora Angela Gordilho e dos membros do Fórum de Desenvolvimento Social de Mata Escura¹⁴. O objetivo da reunião foi apresentar a Residência AU+E/UFBA e os possíveis integrantes do grupo que trabalhariam na área. Neste encontro também foi estabelecido o primeiro contato com os líderes e agentes estratégicos que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho de assistência técnica.

A partir desta primeira reunião a equipe do Eixo áreas Verdes, juntamente com a equipe RAU+E Mata Escura, iniciou os trabalhos de Assistência Técnica com as comunidades envolvidas (Quadro 6) (Memorial Fotográfico). Dentre os trabalhos prestados pelo Eixo áreas Verdes, estão:

¹⁴ Grupo formado por líderes comunitários das localidades de Mata Escura, Calabetão e Jardim Santo Inácio, Policiais Militares e entidades das principais instituições de saúde e assistência social de Mata Escura.

Quadro 6: Catalogação e mapeamento das atividades desenvolvidas junto à comunidade.

ATUAÇÃO DO EIXO ÁREAS VERDES NOS BAIRROS				
DATA	BAIRRO	LOCAL	ATIVIDADE	PARTICIPANTES
01/12/2015	Mata Escura	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	Primeira visita dos residentes na ACOPAMEC	Residentes, prof. Angela Gordilho, representantes da ACOPAMEC; lideranças e moradores locais
11/12/2015	Mata Escura	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	Apresentação da Equipe RAU+E Mata Escura	Moradores e lideranças comunitárias
08/03/2016	Mata Escura	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	Participação da Equipe RAU+E no Fórum Social de Mata Escura	Moradores e lideranças comunitárias
15/03/2016	Mata Escura	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	1º Chega Junto!	Moradores e lideranças comunitárias
11/04/2016	Mata Escura	Horto Florestal de Mata Escura/Cabula	Visita ao Horto Florestal de Mata Escura/Cabula	Equipe RAU+E - Eixo Áreas Verdes, moradores locais e professoras da UFBA.
16/04/2016	Mata Escura	Terreiro Bate-Folha	Visita ao Terreiro Bate-Folha	Equipe RAU+E - Eixo Áreas Verdes e moradores locais
28/04/2016	Mata Escura	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	Participação da Equipe RAU+E no Fórum Social de Mata Escura	Moradores e lideranças comunitárias
04/05/2016	Nazaré	Ministério Público do Estado da Bahia	Assistência na entrega de documentos sobre a área do Horto Florestal de Mata Escura/Cabula.	Eixo áreas Verdes, moradores e lideranças comunitárias
12/05/2016	Mata Escura	Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão	Apresentação do Território de atuação de cada Eixo da equipe RAU+E Mata Escura	Moradores e lideranças comunitárias
14/05/2016	Barreiras	Visita à comunidade Nova Esperança e visita ao CETAS/IBAMA	Visitas: Comunidade Nova Esperança e CETAS/BAMA	Equipe RAU+E - Eixo Áreas Verdes, moradores e professoras da UFBA
20/05/2016	Calabetão	Represa da Mata Escura	Visita a área próxima da Represa da Mata Escura	Equipe RAU+E -Eixo Áreas Verdes e liderança local.
21/06/2016	Centro Administrativo da Bahia	Ministério Público do Estado da Bahia - Promotoria de Meio Ambiente e Urbanismo	Assistência na entrega de documentos sobre a área do Horto Florestal de Mata Escura/Cabula.	Equipe RAU+E - Eixo Áreas Verdes, moradores e professoras da UFBA.
27/09/16	Nazaré	Ministério Público do Estado da Bahia: Meio Ambiente - 6 Promotoria de Justiça	Assistência em reunião com promotor	Representantes do Fórum Social de Mata Escura, do Terreiro Bate-Folha e Equipe RAU+E - Eixo Áreas Verdes

Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

5.2 SEGUNDA ETAPA: REALIZAÇÃO DAS OFICINAS NOS BAIRROS

As oficinas participativas de discussão para o projeto de implantação do parque tiveram início no final do mês de janeiro de 2016¹⁵.

¹⁵Estas oficinas tiveram como referência os conteúdos trazidos na disciplina Metodologias e Técnicas para Projetos Participativos, do curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, na forma de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, que trouxeram como suporte os trabalhos de ROCHA (2016), NUNES (2002), GINNELLA (2009) e MOURA (2013).

Nos primeiros estudos foram verificados que o limite de abrangência da área, segundo a comunidade, compreendia o antigo Horto Florestal da cidade de Salvador, (Apêndice D). No decorrer das pesquisas e oficinas, foi constatado o desejo dos moradores e a necessidade da criação de um projeto para a implantação de um Parque Urbano nessa localidade, que proporcionasse a conservação da área, na perspectiva inicial de trazer melhorias e a valorização para as comunidades situadas no entorno. Ao longo das oficinas, gradativamente, avançou-se na compreensão da importância dessa área também para a cidade e não apenas para as populações dessas localidades.

As oficinas realizadas nos bairros do entorno do futuro Parque ocorreram em momentos e em locais distintos (Memorial Fotográfico), conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 7: Catalogação e mapeamento das oficinas nos bairros.

OFICINAS NOS BAIRROS				
DATA	BAIRRO	LOCAL	DINÂMICAS	PÚBLICO ALVO
29/01/2016	Mata Escura	ACOPAMEC	Apresentação do Plano de Trabalho e aplicação da oficina "Territórios Invisíveis"	Moradores e lideranças comunitárias
30/03/2016	Mata Escura	Escola Estadual Marcia Méccia e Escola Municipal Maria Constança	Oficina: Mapas Mentais; Mapa dos sonhos; Brainstorming; Questionários, Mapa da área do Parque.	Alunos de escolas públicas
17/06/2016	Mata Escura	Igreja Santa Edwiges	Oficina: Mapa Temático; Mapa da área do Parque.	Moradores
07/07/2016	Mata Escura	ACOPAMEC	Oficina: Mapa Temático; Mapa da área do Parque; Maquete e Mural do Horto Florestal de Mata Escura/Cabula	Moradores e lideranças comunitárias
13/07/2016	Jardim Santo Inácio	Escola Municipal 29 de março	Oficina: Mapa Temático; Mapa da área do Parque; Maquete e Mural do Horto Florestal de Mata Escura/Cabula.	Alunos, moradores e lideranças
15/07/2016	Barreiras	Associação de Moradores das Barreiras (COMOBA)	Oficina: Mapa Temático; Mapa da área do Parque; Maquete e Mural do Horto Florestal de Mata Escura/Cabula.	Moradores e lideranças comunitárias
30/07/2016	Arraial do Retiro/Cabula I	Escola Estadual Cabula I	Oficina: Mapa Temático; Mapa da área do Parque; Maquete e Mural do Horto Florestal de Mata Escura/Cabula.	Alunos, moradores e lideranças
10/08/2016	Calabetão	Salão da Igreja da ACOPAMEC	Oficina: Mapa Temático; Mapa da área do Parque; Maquete e Mural do Horto Florestal de Mata Escura/Cabula.	Moradores e lideranças comunitárias
11/08/2016	Mata Escura	ACOPAMEC	Fechamento das Oficina nos Bairros: Apresentação e catalogação das oficinas	Moradores e lideranças comunitárias
03/11/2016	Mata Escura	ACOPAMEC	Apresentação e validação dos projetos finais	Moradores e lideranças comunitárias

Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo Áreas Verdes, 2016.

As oficinas realizadas para o desenvolvimento deste trabalho demonstram a importância da troca de saberes na elaboração dos projetos de melhorias de áreas de periferia urbana. Evidencia a

aproximação de reconhecimento dos interesses locais, ampliando-se possibilidades de projetos urbanos para atender aos interesses da cidade.

Nas localidades percorridas, conforme apresentado no Quadro 4, foram aplicadas dinâmicas distintas, com o intuito de levantar maiores informações sobre a área e obter dados de auxílio na elaboração do projeto para implantação do Parque Theodoro Sampaio. Dentre as atividades aplicadas nas oficinas nos bairros, destacam-se:

- MAPA DOS BAIRROS: *OFICINA TERRITÓRIOS INVISÍVEIS*

Objetivo: Apreensão do território de estudo pela visão de seus moradores. Mais especificamente, definir através do olhar dos moradores os “territórios invisíveis”, ou seja, aquelas áreas que não estão oficialmente delimitadas no mapa, mas que constituem divisões imaginárias dentro dos bairros.

Resultados: Após a dinâmica **foram reconhecidas 14 áreas distintas**, que compõe o território dos bairros situados no entorno do Parque Theodoro Sampaio. Sabe-se que esta delimitação não é oficial e certamente não possui uma precisão, afinal estamos falando de “**territórios invisíveis**” e podem haver divergências entre os moradores sobre o reconhecimento e catalogação dessas áreas (Apêndice E).

- MAPAS MENTAIS: *OFICINA DE PERCEPÇÕES*.

Objetivo: Expressar o conhecimento dos alunos sobre a antiga área do Horto Florestal de Mata Escura/Cabula e da Represa de Mata Escura, através de desenhos e frases, para saber qual a sua relação com este espaço.

Nesta atividade, cada estudante da escola Estadual Marcia Méccia e da Escola Municipal Maria Constança com idades entre 14 a 17 anos, desenhou, escreveu e compartilhou a sua visão da área e os principais problemas existentes.

Resultados: Através dessa oficina notamos que as áreas verdes do Horto e das Represas, apesar de sua riqueza ambiental, apresentam-se abandonados, situação não percebida pelos jovens. A maioria dos estudantes que participaram desta dinâmica, apesar de morarem bem próximos a área do Horto, **não conheciam a localidade** e demonstraram-se supressos com a dimensão da área verde ainda existente (Apêndice F).

- MAPAS DOS SONHOS: *OFICINA DOS DESEJOS*.

Objetivo: Verificar os principais desejos que os jovens moradores gostariam que fossem realizados na proposta para implantação do futuro Parque Theodoro Sampaio.

Resultados: Foram levantadas nesta atividade, propostas de melhorias para a área analisada, por meio de frases, ilustrações e palavras. Para o projeto esta atividade foi bastante pertinente, pois a equipe técnica pode catalogar os **equipamentos que poderão ser inseridos** na proposta de implantação do Parque Theodoro Sampaio (Apêndice G).

- *BRAINSTORMING: OFICINA “TEMPESTADE DE IDEIAS”*.

Objetivo: Escrever palavras, ditas pelos moradores participantes, para explorar o potencial de ideias deste grupo, de maneira criativa e com baixo risco de atitudes inibidoras. Nesta dinâmica os moradores ditaram palavras de forma aleatória, com relação direta à área do antigo Horto Florestal de Mata Escura/Cabula e com a Represa da Mata Escura.

Resultados: Após essa etapa, cada palavra expressada deu origem a um quadro de palavras sobre a área estudada, expressando as ideias e opiniões de cada morador presente. Para o projeto esta atividade foi importante para **maior apreensão do território** estudado (Apêndice H).

- MAPA TEMÁTICO: *OFICINA CONHECENDO O TERRITÓRIO DO ENTORNO*.

Objetivo: Apreensão do território e mapeamento dos principais equipamentos situados nos 5 (cinco) bairros analisados. Nesta atividade, buscou-se mapear os principais equipamentos existentes nos bairros, para uma melhor compreensão da oferta de determinados pontos de comércio e serviços nesta localidade e o dinamismo que esta área possui.

Resultados: Pode-se obter um **mapeamento dos equipamentos mais utilizados** pela população, em áreas com um alto grau de concentração de estabelecimentos de comércio e serviços e, na catalogação das áreas mais carentes dessa oferta, com uma baixa concentração desses equipamentos (Apêndice I). Esta catalogação **priorizou a escolha** dos equipamentos que serão indicados no projeto para implantação do Parque. Através dessa dinâmica foi possível pontuar quais os equipamentos que existem no entorno e aqueles que precisam ser implantados no projeto.

- MAQUETE: *OFICINA O QUE QUEREMOS?*

Objetivo: Aprender a área do projeto do Parque com o estudo das trilhas, caminhos, ciclovias e acessos. Catalogação dos principais equipamentos a serem implantados na área.

Através da utilização da maquete nas oficinas a comunidade pode conhecer melhor a área do Parque Theodoro Sampaio e a topografia deste lugar. Os estudos das trilhas, ciclovias e acessos também foram analisados e reproduzidos na maquete, respeitando a topografia local, o que facilitou o entendimento dos moradores que participaram dessa dinâmica. Os moradores também apresentaram os seus desejos e ideias para a realização da proposta de um projeto para a implantação do Parque. Essas ideias foram escritas e coladas na maquete e posteriormente catalogadas, servindo como base para a criação dos futuros equipamentos a serem incorporados na proposta.

Resultados: Foram catalogados os equipamentos a serem implementados no projeto para a implantação do Parque Theodoro Sampaio. Dentre os mais votados estão os **espaços abertos de lazer e convívio social** (Apêndice J).

- MAPA DA ÁREA DO PARQUE: *OFICINA COMPREENDENDO A ÁREA DO PARQUE.*

Objetivo: Fazer análises por meio de desenhos e demarcações sobre o mapa. Dentre as atividades realizadas, utilizou-se um mapa com a imagem de foto aérea da área do Parque Theodoro Sampaio. Com o auxílio deste mapa foram traçados, juntamente com a comunidade, os possíveis acessos, caminhos, trilhas e ocupações existentes na área.

Resultados: Essa atividade resultou em um mapa produzido pela comunidade e contribuiu para que a equipe técnica responsável pela elaboração do projeto pudesse fazer o levantamento dos **possíveis acessos**, ocupações e usos da área, além das **trilhas** já existentes e alguns **caminhos e ciclovias** que poderão ser implantados (Apêndice K).

- QUESTIONÁRIOS: *RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM OS PARQUES URBANOS DE SALVADOR E A IMPLANTAÇÃO FUTURO PARQUE THEODORO SAMPAIO.*

Objetivo: Levantar dados sobre o número de pessoas que frequentam os Parques Urbanos da cidade; saber quais são os Parques mais frequentados pela população dos bairros analisados e verificar se a população gostaria que fosse implantado o Parque Theodoro Sampaio.

Resultados: Observou-se, que dos 70 questionários aplicados para uma população de idade entre 14 e 70 anos, situadas nos cinco bairros analisados, 33% destas pessoas nunca frequentaram os Parques Urbanos existentes na cidade de Salvador. Alguns fatores como: tempo de

deslocamento, distância e gastos com o transporte público, acabaram influenciando a população a não frequentar esses Parques. Com base nos dados dos questionários, **verificou-se que 100% dos entrevistados no entorno gostariam que fosse criado, o Parque Theodoro Sampaio.**

Com isso, observa-se que os resultados das oficinas, nos cinco bairros distintos, trouxeram diversificação nas informações dos dados da área estudada e contribuíram para afirmar a importância deste espaço, não apenas para as comunidades vizinhas, bem como para a cidade de Salvador. A necessidade da aplicabilidade de diferentes dinâmicas, com a descentralização de reuniões e oficinas, foi essencial para que um maior número de pessoas pudesse participar e enriquecer todo o processo de elaboração e construção da proposta do projeto participativo para implantação do Parque Theodoro Sampaio.

MEMORIAL FOTOGRÁFICO



ACOPAMEC, março de 2016.



Escola Estadual Marcia Méccia, março de 2016.



Igreja Santa Edwiges, Condomínio Recanto Verde, junho de 2016.



ACOPAMEC, julho de 2016



Escola Municipal 29 de março, julho de 2016.



COMOBA – BARREIRAS, julho de 2016.



Escola Cabula I – Barreiras, julho de 2016.



Salão da Igreja ACOPEMEC-CALABETÃO, agosto de 2016.



ACOPAMEC-Encerramento das oficinas nos bairros, agosto de 2016.



TERREIRO BATE-FOLHA, abril de 2016.



COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA e CETAS/IBAMA, junho de 2016.



Trilha na área do antigo HORTO FLORESTAL DE MATA ESCURA/CABULA, abril de 2016.

6 DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA INDIVIDUAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A partir das análises realizadas coletivamente, cada profissional pôde, dentro da sua especialidade, dialogar diretamente com a comunidade para a definição dos produtos específicos do processo de Assistência Técnica.

Para elaboração de tais propostas a equipe dividiu, de acordo com as escalas de intervenção e formação profissional, as etapas dos processos para melhor aprimoramento dos estudos da área do Parque Theodoro Sampaio, ficando assim exposto:

ESCALA MACRO:

Urbanista Débora Marques: PROPOSTA DE GESTÃO COMPARTILHADA PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO NO “MIOLO” DE SALVADOR – BAHIA.

– Apresentação de uma proposta de Gestão Compartilhada para implantação do Parque Theodoro Sampaio, modelo que se adequa à realidade deste local e acopla e respeita a pluralidade dos atores envolvidos na sua co-gestão.

Arquiteta Elisete Vidotti Rocha: CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE DAS UNIDADES DE PAISAGEM PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO (ROCHA, 2016).

– Identificação das potencialidades e entraves existentes na área do Parque Theodoro Sampaio, de modo que se estabeleçam diretrizes ambientais e urbanísticas de ação e gestão.

ESCALA MESO:

Arquiteta Gisele Paiva Leite: MARCOS E PORTAIS COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO (LEITE, 2016).

– Criação de elementos físicos capazes de constituírem-se em marcos visuais e simbólicos do futuro Parque Theodoro Sampaio na área verde do entorno da Represa do Prata e da Mata Escura, e de contribuir para a salvaguarda de suas fronteiras, juntamente aos guardiões.

ESCALA MICRO:

Arquiteta Patrícia Duarte Silva: NOVA ESPERANÇA: Proposta de Centro integrado de Cultura e Lazer para a implantação do Parque Theodoro Sampaio. (SILVA, 2016).

– Desenvolvimento da proposta de qualificação da área localizada junto ao Galpão do MAPA, por meio de um equipamento cultural e um espaço de lazer, além de propor diretrizes para Regularização Fundiária da comunidade “Nova Esperança do Horto”, através da implantação de um Loteamento de Habitação de Interesse Social - HIS.

Destarte, com base nesta divisão o presente estudo trará a partir de agora, a proposta individual, desenvolvida pela Urbanista Débora Marques, que traz a Gestão Compartilhada como modelo para implantação do Parque Theodoro Sampaio. Este produto, será um instrumento de apoio e direcionamento na tomada de decisão para a comunidade envolvida, por meio da co-gestão deste futuro Parque.

7 PROPOSTA DE GESTÃO COMPARTILHADA PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO

A experiência relatada no presente estudo, ao tempo que traz a criação de um projeto participativo para a implantação de um Parque Urbano no “Miolo” de Salvador, propõe-se a fazê-lo com a colaboração real dos seus moradores, através da indicação de um modelo de gestão que se aplica à realidade do espaço em questão – a Gestão Compartilhada.

A proposta de gestão compartilhada, trazida neste plano, foi discutida juntamente com a comunidade nas oficinas realizadas nos cinco bairros apresentados, visando a conscientização da população quanto a reponsabilidade que lhes cabe na co-gestão do referido Parque Urbano.

A presente pesquisa propõe-se a responder algumas questões pertinentes como: Quais os principais problemas na área do Parque Theodoro Sampaio? Quem são os ‘Guardiões’ desta área? Onde estão e quais as atividades desenvolvidas por eles? Há um modelo de gestão com contornos de integração que permita a co-participação destes “Guardiões”? Quais os procedimentos possíveis para implementar este modelo de Gestão Compartilhada?

Tendo em vista tal desafio, o presente estudo assume como **objetivo geral** a apresentação de uma proposta de Gestão Compartilhada para implantação do Parque Theodoro Sampaio, modelo que se adequa à realidade deste local e acopla e respeita a pluralidade dos atores envolvidos na sua co-gestão.

Para contemplar o objetivo geral, estabelecem-se como **objetivos específicos**:

- Elaborar estudos acerca de modelos de Gestão Compartilhada para parques urbanos, tendo como base a análise prévia dos guardiões dessa área;
- Identificar os “guardiões”, futuros gestores e suas especialidades a partir de características fundiárias, apropriações e de vocações para usos futuros.
- Relatar as experiências de Assistência Técnica que auxiliaram a comunidade na compreensão do tipo de gestão que se adequa à realidade existente;
- Apresentar a proposta da Gestão Compartilhada como modelo que trará uma maior participação da sociedade civil na tomada de decisão e co-gestão do futuro Parque;
- Planejar as etapas para a efetivação da Gestão Compartilhada;
- Descrever como se dará o processo da Gestão Compartilhada no futuro Parque Theodoro Sampaio.

No presente estudo utilizamos como procedimentos metodológicos, a análise e revisão bibliográfica de experiências da gestão compartilhada em Parque Urbanos no Brasil, além da realização de oficinas participativas que expuseram a montagem coletiva do projeto para a implantação do Parque Theodoro Sampaio e afirmaram a gestão compartilhada como modelo apropriado para a administração deste futuro Parque.

7.1 SÍNTESE DA PROBLEMÁTICA

A área destinada para implantação do Parque Theodoro Sampaio, nos últimos anos, vêm sendo palco de ações degradadoras que extinguem as riquezas naturais desta localidade. Dentre as principais ações degradadoras, com seus respectivos agentes, em síntese encontram-se:

Avanço das ocupações: Proporcionada pela falta de fiscalização do proprietário responsável pela área, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), muitas das ocupações existentes no Parque foram estimuladas pela necessidade e busca por moradia.

Agente responsável: Ocupações irregulares.

Desmatamento: Proveniente das ocupações supracitadas, muitas árvores são retiradas dando lugar a moradias. Como consequência desta ação degradadora, verificou-se a supressão de uma expressiva área verde.

Agente responsável: Ocupações irregulares.

Poluição das nascentes e Represas: Resultante dos dejetos e efluentes domésticos das ocupações existentes, que são canalizados para a área do Parque. Essa poluição afeta as nascentes do Rio do Prata e da Represa da Mata Escura. Além dessa ação degradadora, existem caixas coletoras de esgoto dos conjuntos habitacionais situados no entorno, que também degradam toda área natural devido a obstruções e rompimentos.

Agentes responsáveis: Ocupações irregulares e Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA).

Resíduos sólidos: Depositados pela população do entorno do Parque, estes resíduos são acumulados e causam a degradação neste ambiente natural.

Agentes responsáveis: Ocupações irregulares e moradores do entorno.

7.1.1 GUARDIÕES DO PARQUE THEODORO SAMPAIO

Sabe-se que as ações degradadoras expostas anteriormente têm afetado bruscamente a área do futuro Parque. Contudo, no desenvolvimento do trabalho foram identificados alguns agentes que atuam na busca da conservação e permanência deste espaço na cidade de Salvador. Estes agentes

foram denominados de ‘**Guardiões do Parque Theodoro Sampaio**’ e foram convocados para colaborarem na implantação do Parque. Estes “guardiões” podem ser classificados em dois tipos:

“Guardiões proprietários”:

UNIÃO/MAPA: O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é o órgão federal responsável por **38 hectares** da área do futuro Parque Theodoro Sampaio que pertence a União desde 1956. O MAPA possui um Galpão em um recanto desta propriedade, estrutura utilizada como garagem de carros. Embora classificado como proprietário “Guardião” da área, nos últimos anos, este órgão não vem cumprindo com as responsabilidades de salvaguardar este espaço, uma vez que está consentindo ocupações habitacionais indevidas. Torna-se necessário que este assuma seu papel de “Guardião proprietário” ou delegue a outra(s) entidade(s) a gestão do espaço, para que não se perca o seu patrimônio natural (mata secundária em regeneração).

TERREIRO BATE-FOLHA: O Terreiro de Candomblé do Bate Folha, (Manso Banduquenqué), por meio da Associação Beneficente Santa Barbara, é proprietário de uma área de **14,8 hectares** e foi fundado oficialmente em 1916, CNPJ: 40.593.501/0001-43, embora estudos remetam a sua existência desde 1581¹⁶. Possui localização reconhecida pelo Ministério da Cultura, como um autêntico Território Cultural Afro-Brasileiro, nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 e do artigo 1º da Lei 7.688, de 22 de agosto de 1988.

Este terreiro foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como Patrimônio Histórico, Paisagístico e Etnográfico do Brasil e atrai a visitação de fiéis e admiradores durante a celebração de suas festas públicas, através do uso dos seus espaços para a celebração de cultos e manifestações religiosas. Com acesso restrito, as áreas verdes situadas na propriedade do Terreiro são uma das mais conservadas, em estágio médio de regeneração. Ressalta-se, portanto, a importância deste terreiro na permanência e conservação deste espaço no decorrer dos anos.

MUNICÍPIO DE SALVADOR: A área que corresponde à propriedade do Município de Salvador, possui **31,89 hectares** e tem no seu entorno a Estação de Metrô de Bom Juá. Embora classificado como “Guardião proprietário” da área, o Município de Salvador não executou ainda a implantação do Parque Urbano nesta localidade, sequer na área de sua jurisdição, o que estava previsto desde o PDDU de 2008. No atual PDDU de 2016, a intenção de implantar o “Parque do Vale da Mata Escura e da Represa do Prata” permanece, não obstante, este “Guardião” não venha cumprindo com as legislações impostas para a respectiva implantação, tampouco se observe qualquer presença física do município na área.

“Guardiões parceiros”

CETAS/IBAMA: O Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), pertencente ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), tem por finalidade receber, identificar, marcar, triar, avaliar, recuperar, reabilitar e destinar ao meio ambiente os animais silvestres provenientes de fiscalização, resgates ou entrega voluntária de

¹⁶ Fonte: Weill (1851) *apud* Gordilho-Souza (2008), Planta da Cidade de Salvador em 1851.

particulares. O CETAS/IBAMA está instalado em uma área de 9 hectares de propriedade da União (incluso nos 38 hectares do MAPA) desde 1990, e possui um **Termo de Posse Temporária**, cedido pela UNIÃO/MAPA. Esta área de acesso restrito é uma das mais conservadas.

ONG PNPC/CONDOMÍNIO RECANTO VERDE: A Organização não Governamental Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania é uma instituição ambientalista, fundada em 2002, CNPJ: 13506150/0001-13, que têm como finalidade conservar o meio ambiente, especificamente a área do futuro Parque Theodoro Sampaio, por meio de fiscalização e denúncias. A ONG possui sede no Condomínio Recanto Verde e já executou diversas ações para viabilizar a retirada de ocupações irregulares nas áreas do Parque.

ACOPAMEC: A Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão foi fundada no ano de 1990, CNPJ: 40554925/0001-07, tendo como finalidade desenvolver atividades educativas, de cunho religioso, formativo e socioculturais para as comunidades que são membros. Esta Associação situa-se próxima a área do futuro Parque e desenvolve atividades de conscientização e conservação para a permanência deste espaço na cidade, além de ser uma das principais parceiras na elaboração do Plano para implantação do Parque Theodoro Sampaio.

AMME: A Associação dos Moradores da Nova Mata Escura foi fundada em 1993, CNPJ: 00088107/0001-33, e atende os moradores da Nova Mata Escura e adjacências. Esta Associação foi parceira na elaboração do projeto para a implantação do Parque Theodoro Sampaio.

SRCBME: A Sociedade Recreativa e Cultural do Bairro de Mata Escura, é uma associação que viabiliza cursos e parcerias para a comunidade. Esta Associação foi parceira na elaboração do Projeto para a implantação do Parque Theodoro Sampaio.

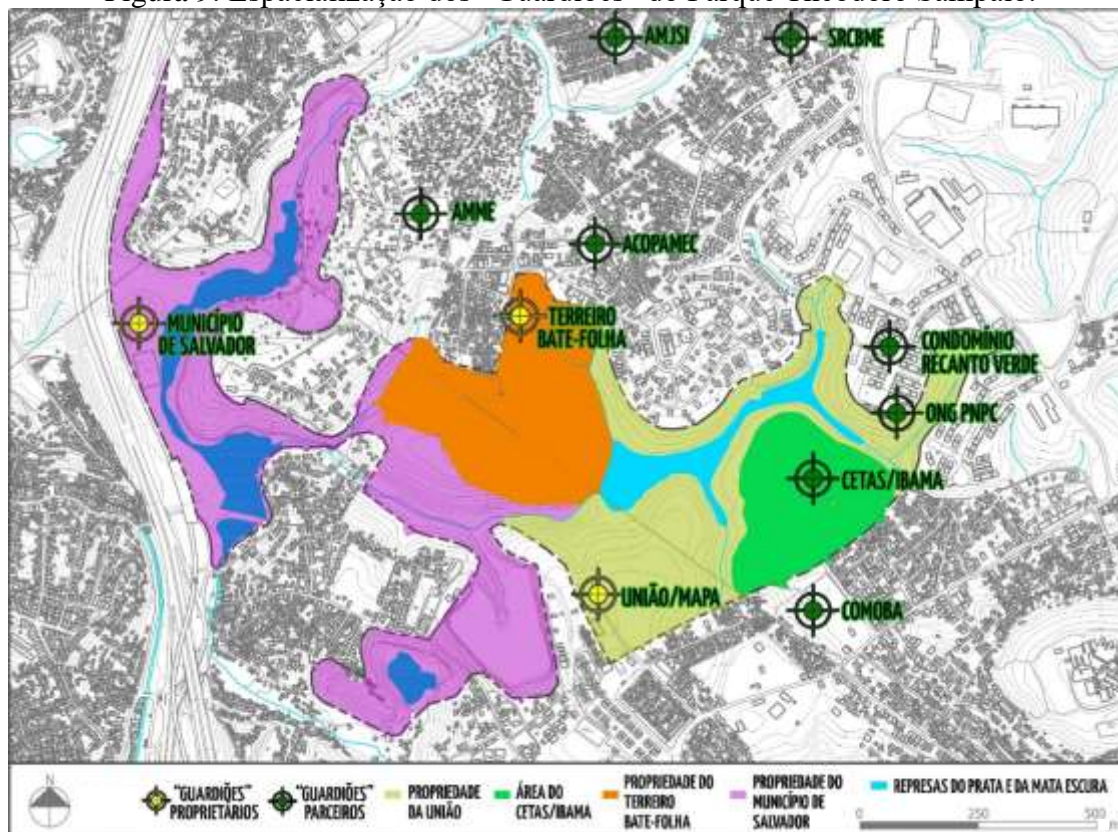
AMJSI: A Associação dos Moradores do Jardim Santo Inácio fundada em 1997, CNPJ: 02353149/000-80, desenvolve atividades para melhorias do bairro onde situa a sua sede e na preservação da área do futuro Parque Theodoro Sampaio, sendo parceira na elaboração do Projeto para implantação.

COMOBA: A Associação dos Moradores do Bairro das Barreiras foi fundada em 1977, e promove atividades educativas. Esta Associação participou das oficinas de elaboração do Projeto para a implantação do Parque Theodoro Sampaio.

RESIDÊNCIA AU+E/UFBA: A Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA, criada em 2013, dá apoio às comunidades envolvidas na criação do Parque Theodoro Sampaio sob a modalidade de Assistência Técnica, pautada na Lei Federal No. 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

Estes “Guardiões”, ainda que de forma segmentada, promovem ações voluntárias e muitas vezes arriscadas, para tentar minimizar os problemas que se alastram na área do futuro Parque Theodoro Sampaio, visando a conservação e permanência deste espaço na cidade de Salvador (Figura 9 e Quadro 8).

Figura 9: Espacialização dos “Guardiões” do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Quadro 8: Localização dos “Guardiões” e relação com a área do Parque Theodoro Sampaio

“GUARDIÕES” DO PARQUE THEODORO SAMPAIO		LOCALIZAÇÃO	ATIVIDADE/RELAÇÃO COM A ÁREA DO PARQUE
PROPRIETÁRIOS	UNIÃO/MAPA	ÁREA DE 38 HECTARES NO PARQUE THEODORO SAMPAIO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DA UNIÃO
	TERREIRO BATE-FOLHA – ASSOCIAÇÃO SANTA BÁRBARA	ÁREA DE 14,08 HECTARES NO PARQUE THEODORO SAMPAIO	ASSOCIAÇÃO RESPONSÁVEL PELO TERREIRO DE CANDOMBLÉ (Fiscalização e preservação)
	MUNICÍPIO DE SALVADOR/PREFEITURA MUNICIPAL	ÁREA DE 31,89 HECTARES NO PARQUE THEODORO SAMPAIO	RESPONSÁVEL PELA ÁREA DO MUNICÍPIO
PARCEIROS	CETAS/IBAMA	ÁREA DE 9 HECTARES DA UNIÃO/MAPA SITUADA NO PARQUE THEODORO SAMPAIO	CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES (Fiscalização e preservação)
	CONDOMÍNIO RECANTO VERDE	MATA ESCURA	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES (Fiscalização e denúncia)
	ONG PNPC	MATA ESCURA	PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (Fiscalização, preservação e denúncia)
	ACOPAMEC	MATA ESCURA	ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS (Fiscalização e denúncia)
	AMME	MATA ESCURA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA (Fiscalização e denúncia)
	SRCBME	MATA ESCURA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA (Fiscalização e denúncia)
	COMOBA	BARREIRAS	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA (Fiscalização e denúncia)
	AMJSI	JARDIM SANTO INÁCIO	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA (Fiscalização e denúncia)

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

De acordo com os levantamentos realizados, observa-se que a área onde será implantado o Parque Theodoro Sampaio, encontra-se no “Miolo de Salvador” e existe no imaginário da população local, devido à história do antigo Horto que funcionava na área da União e pela atuação espontânea dos diversos atores acima referidos, que resistem às pressões dos degradadores e tentam agir dentro dos seus limites para proteger esse espaço.

A atuação dos “Guardiões parceiros” vem sendo realizada sem nenhuma autorização, reconhecimento e oficialização por parte dos proprietários da área. É importante destacar que o envolvimento destes atores na co-gestão do futuro Parque, acordada por meio da Gestão Compartilhada, se torna fundamental para a melhoria, permanência e conservação deste espaço na cidade.

Quanto aos problemas existentes e seus respectivos agentes, é fundamental que haja a reversão das ações degradadoras em prol da conservação da área do futuro Parque. Assim, os principais problemas poderão ser amenizados e os atuais degradadores responsabilizados, em executar atividades de requalificação e restauração desta área.

7.2 JUSTIFICATIVA DO PROJETO NO ÂMBITO DA PROPOSTA GERAL COLETIVA

A implantação de um **Parque Urbano**, nessa área, mostra-se importante por diversas razões: seja por suas **características ecológicas** – a permanência de uma significativa massa vegetal representativa do bioma Mata Atlântica, em estágio secundário de recuperação, que permitirá um refrigério das condições microclimáticas do Miolo e o abrigo da fauna nativa, dentre outras propriedades; seja por suas **características sociais** – situado na abrangência de 5 (cinco) bairros, residenciais em sua maioria, pode se tornar um equipamento urbano de lazer, socialização e educação ambiental da população local, até mesmo atingindo bairros situados em toda a cidade; e ainda por **características econômicas/fundiárias** – a maior parte de suas áreas são de propriedade da União, o que certamente dispensaria ao Município investimentos vultosos em aquisição de terras.

O Parque, após a sua implantação, propiciará uma série de novos usos que potencializam a sua conservação, concorrendo para o bem-estar de um amplo contingente populacional. Para tanto, a sua gestão deverá seguir um modelo que permita acoplar a pluralidade de todos os agentes envolvidos no processo, para que haja a eficácia e permanência do equipamento urbano nesta área na cidade.

A fragmentação da propriedade fundiária do Parque, poderia se tornar uma problemática caso fossem implementados os modelos tradicionais de gestão. Para tanto, o modelo proposto neste plano, e que se adequa com a realidade encontrada, será o da “Gestão Compartilhada”. Este novo instrumento de co-gestão proporcionará aos “Guardiões proprietários” e “Guardiões parceiros” do Parque - um maior entrosamento e trará comprometimento nas atividades de conservação, fiscalização, manutenção e permanência deste espaço, cada um sabendo a sua exata função.

Dentre os principais benefícios da Gestão Compartilhada do Parque encontram-se:

- A democratização e descentralização de funções;
- Transparência e controle social;
- Trabalho em rede e potencialização das ações atuais de preservação;
- Otimização dos recursos;
- Maior comprometimento entre as partes envolvidas pois, os serviços serão compartilhados o que gera melhores resultados em prol do Parque;
- Participação social por resultados da aplicação de recursos e da efetiva fiscalização de todo o perímetro do Parque evitando futuras invasões de degradações.

Além desses fatores, sabe-se que, se este espaço coletivo de lazer for criado sem o suporte das comunidades que habitam nas áreas vizinhas, sua conservação e permanência estão fadadas ao fracasso. Exemplo dessa afirmação, infelizmente, é bastante comum principalmente em alguns parques da cidade de Salvador, que não adotaram o modelo de Gestão Compartilhada e, conseqüentemente, não agregam a população como aliada na conservação dos mesmos.

7.3 EMBASAMENTO TEÓRICO

A palavra “**gestão**” é proveniente do Latim, *Gestio* – “ato de administrar de gerenciar”, e de Gerere – “levar, realizar”. Já o termo “**compartilhada**”, vem do verbo compartilhar, que no Latim *Com* – “junto, com”, e *partilhar, partic ula* – “parte pequena”, diminutivo de *pars*, “parte”. Ou seja, designa o ato de repartir um bem entre vários beneficiários (SILVA, 2014).

Destarte, a Gestão Compartilhada é o modelo de gestão que busca a descentralização da administração com vários atores envolvidos, de forma horizontal e comprometida.

As discussões dessas formas alternativas de gestão - participativa, autogestão e cogestão-, foram iniciadas na década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF). A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade

de vida, impondo-se ao **Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Baseando-se nesta afirmação trazida pela CF, é imprescindível a participação do Poder Público e da Sociedade Civil na conservação de áreas de importante valor ambiental dentro das cidades. Contudo, se a conservação e gestão destas áreas forem realizadas de forma integrada, incluyente e participativa, por meio da Gestão Compartilhada, se tornará mais eficaz e fortalecerá a permanência destes espaços no meio urbano.

Nesse formato institucional, a Gestão Participativa e Compartilhada (co-gestão), apresenta-se como um mecanismo que busca respeitar e valorizar o pluralismo, em todas as instâncias, gerando um princípio ético nas relações entre Estado e organizações da Sociedade Civil. Este modelo confere maior democratização na gestão das políticas públicas, visando contribuir para uma maior transparência e otimização dos recursos, além de estimular a participação da sociedade civil na formulação, gestão e controle social (ROCHA 2009).

Neste modelo de gestão se busca a inclusão de novos sujeitos no processo de tomada de decisão. Assim, a gestão não é exercida por poucos ou apenas por um único indivíduo, mas por um conjunto mais ampliado de sujeitos que compõem a organização, sendo um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer coletivo, portanto, um instrumento que visa democratizar as relações (BRASÍLIA, 2009).

Alguns Parques Urbanos no Brasil adotaram esse novo modelo de Gestão Compartilhada a exemplo do Parque da Tijuca, Parque da Luz e Parque do Gomm (Apêndice L).

Um exemplo da adoção desse novo modelo de Gestão Compartilhada, foi realizada pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), que implementou o **Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada** (GAC), atendendo à diretriz do Governo do Estado da Bahia em apoio à descentralização da gestão pública do meio ambiente. Tendo como principal objetivo apoiar os municípios baianos, individualmente ou através de consórcios territoriais, para a adequação de suas estruturas municipais de meio ambiente (BAHIA, 2016).

O atual PDDU de Salvador 2016 também traz no Capítulo VI, a modernização administrativa e inovação do seu modelo de gestão. Em seu Artigo 378, ressalta que o Município introduzirá uma nova cultura nas práticas administrativas e novos formatos organizacionais da Administração, baseados na substituição dos princípios da hierarquização, pela **Gestão Compartilhada**, pela

intersectorialidade, intercomplementaridade e gestão por resultados (SALVADOR, 2016a). Não obstante nenhum parque municipal adotou este novo modelo de gestão.

A Gestão Compartilhada será uma ferramenta que tende a inverter o processo caracterizado e desenvolvido na forma tradicional, deixando de ocorrer sob o movimento vertical e autoritário, passando a adotar e valorizar a participação sob a ótica horizontal, possibilitando a participação dos seus membros na tomada de decisão.

Indica-se a Gestão Compartilhada como modelo apropriado para a administração do Parque Theodoro Sampaio, com base no diagnóstico e oficinas participativas realizadas, pois, esta fortalecerá a conservação desta localidade do “Miolo de Salvador”. O gerenciamento do Parque se dará com a interação e participação da pluralidade dos atores envolvidos (“Guardiões”: proprietários, parceiros e possíveis degradadores). Espera-se com essa medida, transformar os atuais degradadores em futuros parceiros, comprometidos com a área do Parque.

7.4 OFICINAS DE APROXIMAÇÃO À PROPOSTA

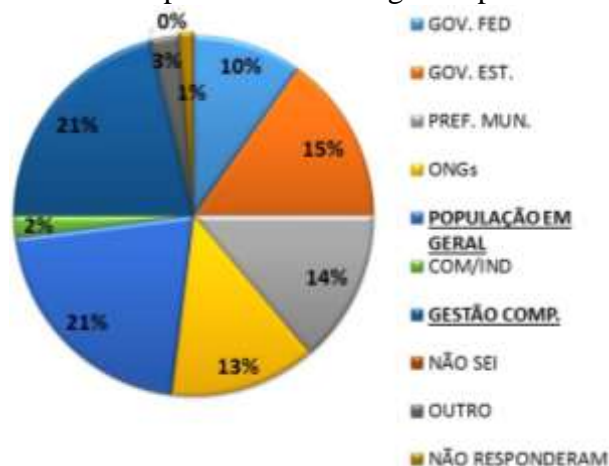
As discussões ocorridas, na experiência de Assistência Técnica vividas em oficinas participativas, expuseram a montagem coletiva do projeto para a implantação do Parque Theodoro Sampaio, bem como o seu programa de gestão atual. Tais oficinas realizadas com a participação social e parceiros institucionais, foram fundamentais para o entendimento da realidade deste espaço através do olhar da comunidade local.

Ao longo do processo de elaboração das dinâmicas, grande ênfase foi dada para a participação da sociedade em todas as etapas, no sentido de buscar e até de intensificar o sentimento de “propriedade”. Tornou-se importante que os diversos atores sociais percebessem a proposta para implantação do Parque Theodoro Sampaio, como um projeto que incorporou suas visões e demandas, tornando-o uma obra de muitos autores, um “documento vivo” que relata as diversas opiniões debatidas com as comunidades envolvidas.

Através das rodas de conversas e compilação dos dados obtidos na aplicação de questionários, obteve-se com clareza a pluralidade dos atores envolvidos neste espaço e a necessidade da existência de um modelo de gestão que traga, ao futuro Parque, uma maior atuação da comunidade do seu entorno.

Para 21% dos entrevistados nas rodas de conversa, o tipo de gestão que mais se adequa à realidade do Parque Theodoro Sampaio é a Gestão Compartilhada, seguida da gestão realizada pela população em geral. Conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 01: Responsabilidade de gestão para o Parque.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

As oficinas participativas possibilitaram que a população local pudesse ter um maior conhecimento da importância da Gestão Compartilhada para o Parque Theodoro Sampaio. Espera-se que a mesma, no decorrer deste processo, tenha compreendido o que é ser um “guardião” desta área, e adquirido maturidade suficiente para dar continuidade à proposta da Gestão Compartilhada e planejamento participativo deste Parque Urbano.

Este novo modelo de gestão proposto, precisa ser uma conquista das comunidades e uma forma de ampliar as possibilidades de participação e controle social na administração daquilo que é do interesse de todos. Somente se as comunidades apresentadas neste estudo, acreditarem, investirem seu tempo, sua dedicação, é que os resultados se tornarão visíveis. Esse foi o grande desafio da sensibilização nas oficinas realizadas: conseguir que as comunidades acreditassem no seu potencial, na sua dedicação e na capacidade de realização de projetos participativos, como foi o caso do projeto apresentado.

7.5 DETALHAMENTO DA PROPOSTA DA GESTÃO COMPARTILHADA PARA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE THEODORO SAMPAIO

A proposta da Gestão Compartilhada no plano para implantação do Parque, dar-se-á entre os “Guardiões do Parque Theodoro Sampaio”, sendo estes: os “Guardiões Proprietários” da área - União/MAPA, Município de Salvador e Terreiro Bate-Folha; além do “Guardiões Parceiros” como a ACOPAMEC e demais associações de bairro; o CETAS/IBAMA, a ONG PNPC/Condomínio Recanto Verde, e dos atuais degradadores, que com a mudança nas suas ações poderão salvaguardar e se tornar futuros guardiões do Parque.

Para a possível implementação da Gestão Compartilhada entre os entes supracitados, é necessário que algumas etapas sejam seguidas.

7.5.1 ETAPA 1: ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PARQUE E A RESPONSABILIDADE DOS “GUARDIÕES PROPRIETÁRIO” DA ÁREA

A área do Parque Theodoro Sampaio é de propriedade de distintos “guardiões” e foi setorizada na presente pesquisa para fins de estruturação administrativa, sendo:

A União – proprietária de uma área de 38 hectares sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo 9 hectares ocupados pelo CETAS/IBAMA, que possui sede nesta área através de um Termo de Posse Temporária. O CETAS/IBAMA pertence ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), e para que esse guardião permaneça exercendo as suas atividades de preservação, conservação e controle da fiscalização do seu espaço, propõe-se a transmissão interministerial da área sob sua guarda para a posse do CETAS/IBAMA seja definitiva e que este se torne um “Guardião proprietário”. Esse trâmite se dará de forma simples já que ocorrerá entre dois Ministérios pertencentes à União. O restante da área (29 hectares) seria mantido sob responsabilidade do próprio MAPA, até posterior decisão.

O Terreiro Bate-Folha - proprietário de uma área de 14,8 hectares tombados pelo IPHAN e reconhecido como território cultural, possui apenas a sede na sua área.

O Município de Salvador – proprietário de uma área equivalente a 31, 89 hectares. De acordo com o Decreto n°. 19.753 no ano de 2009, o Parque corresponderia a 53,2 hectares (Apêndice A). Nessa delimitação, incluía parte da área pertencente a União, porém excluía áreas do Terreiro Bate-Folha e da Represa da Mata Escura. De acordo com o PDDU de 2016, o município demonstra interesse de incluir todas as áreas supracitadas e mesmo áreas de lazer de conjuntos residenciais particulares do entorno, somando um total de 93 hectares, que passariam a compor o Parque Municipal do Vale da Mata Escura (Apêndice B). Entretanto, não possui nenhuma sede administrativa, sequer nos terrenos de sua propriedade.

Com isso, a presente proposta de Gestão Compartilhada, propõe que o Município de Salvador institua um novo Decreto do Parque: que reconheça sua denominação de Parque Theodoro Sampaio, como conhecido pela comunidade do entorno; que defina sua poligonal e dimensionamento acoplando as áreas de todos os ‘Guardiões proprietários’; e que institua a Gestão Compartilhada como modelo de co-gestão e designe um Conselho Gestor participativo. Propõe-se também que esse “Guardião proprietário” seja responsável pela implementação da Gestão Compartilhada no Parque Theodoro Sampaio, sem que haja a necessidade de

desapropriação das áreas. A permanência dos guardiões que atualmente já possuem sedes na área do Parque, será fundamental na eficácia da gestão desse espaço.

7.5.2. ETAPA 2: FIRMAR UM “TAC” COM OS DEGRADADORES DO PARQUE THEODORO SAMPAIO

Firmar um acordo passivo com os agentes degradadores, até o momento, não tem se mostrado uma medida eficiente, pois conforme informações levantadas junto aos “Guardiões parceiros”, houve a solicitação para o reparo de algumas ações degradadoras, mesmo através de processos jurídicos, e providências efetivas para sanar os problemas ambientais foram inócuas.

Os atuais degradadores do Parque Theodoro Sampaio deverão reparar os danos causados ao ambiente, ficando “**obrigados**” a recuperar a área impactada e controlar as atividades geradoras da degradação. Este pacto poderá ser imposto através de um “**Termo de Ajustamento de Conduta**” (TAC), firmando entre o agente degradador e o Conselho Gestor do Parque.

Mas, o que é um TAC?

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), por meio da Procuradoria da República na Bahia, os Termos de Ajustamento de Conduta ou (TAC), são documentos assinados por partes que se comprometem a cumprirem determinadas condicionantes, de forma a resolver os problemas que estão causando ou a compensar danos e prejuízos já causados (SALVADOR, 2016b).

Este Termo poderá antecipar a resolução dos problemas encontrados na área do Parque Theodoro Sampaio, de forma eficaz e mais rápida do que se o caso fosse levado à juízo. Portanto, se o agente degradador não cumprir com o combinado, o Ministério Público terá que levar o caso à Justiça.

O principal objetivo do TAC é recuperar as áreas degradadas e reverter a ação dos degradadores do Parque Theodoro Sampaio, induzindo estes agentes a agirem como possíveis “Guardiões”, através das ações de restauro e melhorias das áreas que foram degradadas.

A construção de um TAC, já se encontra em curso no âmbito do Ministério Público da Bahia (MP/BA), pois, representantes do Fórum Social de Mata Escura e do Terreiro Bate-Folha, deram entrada em uma denúncia ao MP/BA em junho de 2016, apoiados pela equipe de residentes AU+E/UFBA, do Eixo Áreas Verdes, que reforçou as denúncias das degradações através de um Relatório Diagnóstico participativo, datado de março de 2016 (Anexo A).

Através desse procedimento, o MP/BA vai apurar os fatos, dando início a um inquérito que convocará as partes responsáveis pela degradação e havendo a confirmação de tais ações e chegando-se a um acordo, será instaurado o TAC.

7.5.3. ETAPA 3: FIRMAR CONVÊNIO E CONTRATO DE GESTÃO

Realizar um **‘Convênio’** entre os “Guardiões proprietários” da área destinada ao Parque Theodoro Sampaio – União, Município e Terreiro-Bate-Folha, e um **‘Contrato de Gestão’**, entre estes proprietários, com os demais “Guardiões parceiros”, se tornará necessário no processo de compartilhamento da gestão. O Convênio e o respectivo Contrato de Gestão, oficializarão o acordo entre os partícipes e terão prazos e funções previamente estabelecidas.

Dando seguimento à explicação se torna necessário a compreensão do que seria um convênio e Contrato de Gestão.

O convênio representa um acordo firmado por entidades políticas, de qualquer espécie, ou entre essas entidades e os particulares para realização de objetivos de caráter comum, buscando sempre interesses recíprocos, convergentes (BRASIL, 2011, p. 7). Ou seja, na firmação de um convênio todos os envolvidos estão juntos para alcançar determinado objetivo comum, não existindo entre as partes envolvidas interesses distintos.

No âmbito federal o Decreto nº 6.170/2007, no § 1º considera **‘Convênio’** como:

“acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação” (BRASIL, 2007).

Destarte, dentre as entidades habilitadas para a firmação do possível **‘Convênio’** para a gestão compartilhada do Parque Theodoro Sampaio encontram-se:

Na esfera Federal: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Centro de Triagem de Animais Silvestre do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (CETAS/IBAMA); e a Universidade Federal da Bahia/ Faculdade de Arquitetura/ Residência AU+E (RAU+E/UFBA).

Na esfera Municipal: Prefeitura Municipal de Salvador.

Na Sociedade Civil: Terreiro Bate-Folha, por meio da Associação Beneficente Santa Barbara.

Já o **‘Contrato de Gestão’** para efeitos da Lei nº 9.637/1998 é o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social (OS), com vistas a formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde (BRASIL, 1998).

O Contrato de Gestão é o instrumento jurídico básico dessa nova forma de parceria entre o setor público e sociedade civil. Embora a lei denomine este instrumento como contrato, na verdade trata-se de um acordo operacional (BRASIL, 2011, p. 9).

Sendo assim o **‘Contrato de Gestão’** será realizado entre os representantes do Poder Público (União e o Município de Salvador), juntamente com:

Sociedade civil: ACOPAMEC; ONG-PNPC/Condomínio Recanto Verde; AMME; COMOBA; AMJSI; ABCSME, associação dos bairros situadas no entorno do Parque que possuam registro e não tenham fins lucrativos.

Através da assinatura do Convênio e do Contrato de Gestão, cada parceiro poderá atuar no âmbito de suas competências e facilidades operacionais, que serão previamente descritas, de modo a integrar ações de planejamento, manutenção, conservação, viabilização do manejo, fiscalização, vigilância, controle de queimadas, limpeza, cultura, infraestrutura e educação ambiental do Parque Theodoro Sampaio.

7.6 MODELO DA GESTÃO COMPARTILHADA APLICADO AO PARQUE THEODORO SAMPAIO.

7.6.1 CRIAÇÃO DO CONSELHO GESTOR: PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL

O Conselho Gestor do Parque Theodoro Sampaio será formado pela União, Município de Salvador – duas instituições pertencentes a esferas governamentais diferentes – Federal e Municipal, além das associações parceiras – Sociedade Civil. Cada parceiro atuará no âmbito de suas competências e facilidades operacionais, de modo a integrar ações de planejamento, manutenção e conservação, promovendo a Gestão Compartilhada. Este modelo proporcionará o compartilhamento de funções específicas para cada “Guardião”.

7.6.2 SETORIZAÇÃO E GESTÃO DOS SETORES

Neste projeto específico voltado para a gestão do Parque, apresentaremos os responsáveis pela gestão de cada Setor. Estes Setores foram identificados com base na espacialidade e distribuição de cada “Guardião” do Parque Theodoro Sampaio, e apresentam as mesmas dimensões das Unidades de Paisagem (UP)¹⁷ apontadas e caracterizadas no projeto de Rocha (2016).

Os Setores estarão divididos em Núcleos para facilitar o processo de gestão. Sendo assim: os Setores 1 e 2: se referem aos Núcleo da Represa da Mata Escura e Central, respectivamente; Setor 3: Núcleo do Bate-Folha; Setor 4: Núcleo da Pedreira e lagoa do Arraial; Setor 5: Núcleo da Represa do Prata; Setor 6: Núcleo do MAPA e Setor 7: Núcleo do CETAS/IBAMA.

► SETORES: 5, 6 e 7 - PROPRIEDADE DA UNIÃO.

- O SETOR 5 referente ao Núcleo da Represa do Prata é de propriedade da União, porém, faz divisa com o Condomínio Recanto Verde e ONG PNPC. Por esse motivo propõe-se que a Associação de Moradores do Condomínio Recanto Verde e a ONG PNPC sejam os responsáveis pela gestão do referido setor, uma vez que estes “Guardiões” controlam o acesso a esse setor e o agendamento das visitas.
- O SETOR 6, referente ao Núcleo do MAPA é de propriedade da União e terá o próprio Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) como responsável pela sua gestão.
- O SETOR 7, referente ao Núcleo do CETAS/IBAMA é de propriedade da União, sendo o Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA (CETAS/IBAMA) o responsável pela gestão do Setor 7. Este “Guardião” ficará responsável pelo agendamento e controle do acesso dos visitantes em dias específicos da semana.

► SETORES: 1, 2 e 4 - PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE SALVADOR.

- Os SETORES 1, 2 e 4, referentes ao Núcleo da Represa da Mata Escura, ao Núcleo Central e ao Núcleo da Pedreira e Lagoa do Arraial, respectivamente, pertencem ao Município de Salvador que será responsável pela gestão.

No SETOR 2, referente ao Núcleo Central, deverá ser construída uma sede, onde será implantada a Administração geral do Parque Theodoro Sampaio.

¹⁷ A classificação das Unidades de Paisagem do Parque Theodoro Sampaio, foi realizada a partir de uma escala de observação, onde foram levados em consideração: aspectos morfológicos, usos e apropriações humanas. Ver nesse sentido ROCHA (2016).

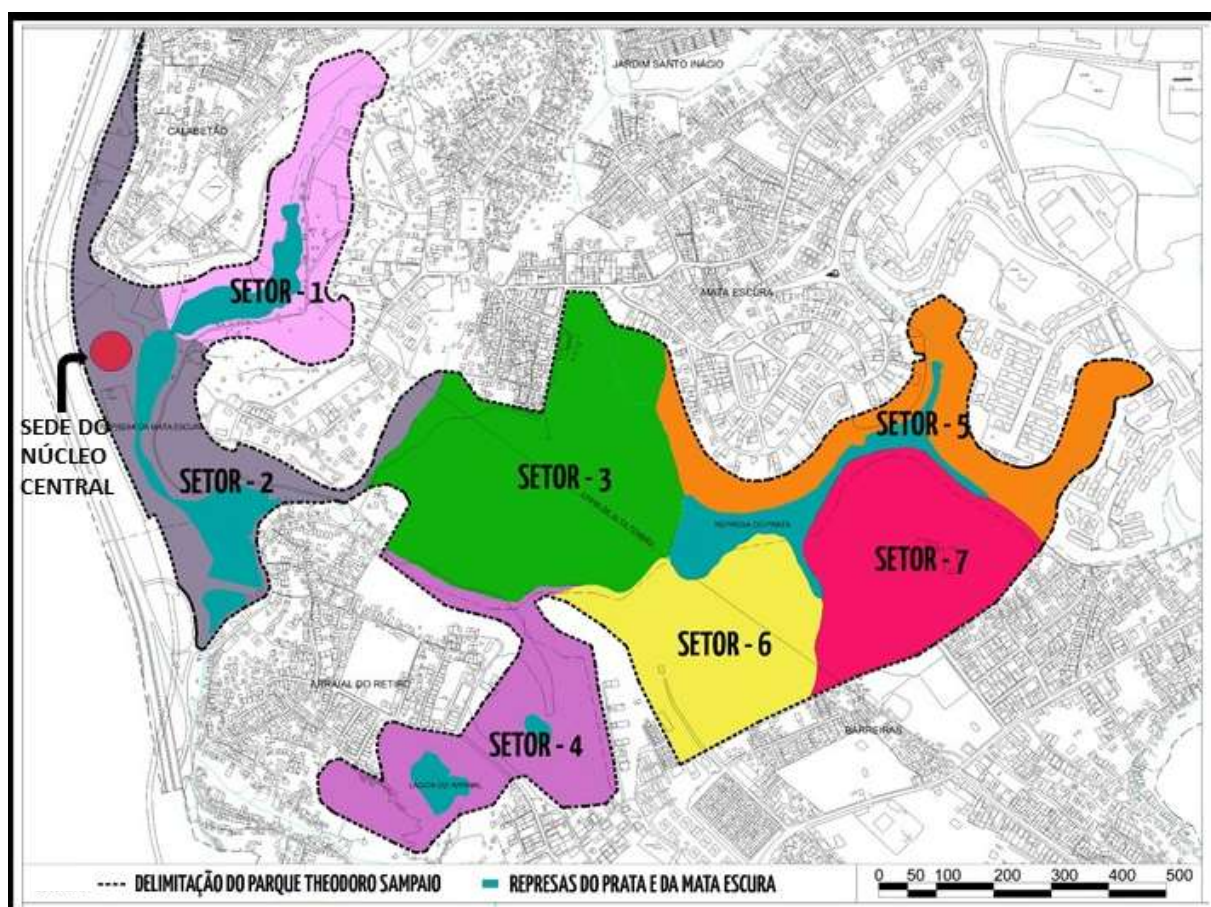
► SETOR: 3- PROPRIEDADE DO TERREIRO BATE-FOLHA.

• O SETOR 3, referente ao Núcleo do Bate-Folha, pertence ao Terreiro Bate-Folha – Associação Beneficente Santa Bárbara que será a responsável pela gestão. Este “Guardião” ficará responsável pelo controle e agendamento das visitas referentes a este setor.

O Parque será aberto à visitação para o público em geral aos sábados, domingos e feriados, das 8:00h às 17:00h. As atividades serão realizadas de forma independente entre os diversos núcleos do Parque Theodoro Sampaio. Nos núcleos correspondentes aos Setores: 3; 5 e 7, a entrada ao Parque será limitada a grupos agendados e terá dias específicos para visitação.

Cada Núcleo contará com equipes próprias para a implantação de atividades, com autonomia em relação a tomada de decisão e execução operacional. Contudo, estes deverão se reportar à Sede do Núcleo Central do Parque, informando-a sobre o andamento das atividades e consultando-a sobre questões estratégicas ou de maior potencial de risco (Figura 10) (Quadro 9).

Figura 10: Setorização do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Quadro 9: Gestores responsáveis por cada Setor do Parque Theodoro Sampaio.

SETORES	ÁREA EM HECTARE	NÚCLEO	GESTORES RESPONSÁVEIS	RESPONSÁVEIS PELO CUSTEIO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS
SETOR 1	8,86 ha	Núcleo da Represa da Mata Escura	Município de Salvador	Município de Salvador
SETOR 2	13,76 ha	Núcleo Central	Município de Salvador	Município de Salvador
SETOR 3	18,24 ha	Núcleo do Bate-Folha	Terreiro Bate-Folha	Terreiro e Município
SETOR 4	10,96 ha	Núcleo da Pedreira e Lagoa do Arraial	Município de Salvador	Município de Salvador
SETOR 5	11,85 ha	Núcleo da Represa do Prata	Cond. Recanto Verde; ONG PNPC	União
SETOR 6	10,02 ha	Núcleo do MAPA	MAPA	União
SETOR 7	10,93 ha	Núcleo do CETAS/IBAMA	MMA-CETAS/IBAMA	União

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

7.6.3 DEFINIÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

► **FISCALIZAÇÃO:** Esta será de responsabilidade de todos os “Guardiões”, porém cabe ao Município de Salvador a parte executiva da fiscalização. O Município de Salvador poderá aplicar aos degradadores da área sob sua competência, as sanções descritas na Lei Nº 8.915/2015, que dispõe da Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

► **CONSTRUÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA DO PARQUE:** Será de responsabilidade do Município de Salvador, através dos recursos públicos oriundos do Convênio, a construção dos equipamentos e da infraestrutura interna impostas no plano para implantação do Parque Theodoro Sampaio.

► **LIMPEZA, ILUMINAÇÃO, MANUTENÇÃO DAS TRILHAS E CICLOVIAS:** De responsabilidade do Município de Salvador, por meio de empresas concessionárias dos respectivos serviços.

► **PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO¹⁸ DA MATA ATLÂNTICA:** Esta ação deverá envolver todos os “Guardiões” do Parque Theodoro Sampaio, através de atividades de educação e conscientização ambiental em prol da permanência de um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica da cidade. Será definida no Plano de Gestão as áreas de

¹⁸ Preservação e Conservação possuem conceitos distintos. Segundo a Lei nº 9.985/2000, conservação da natureza é o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural [...]. Já preservação é conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (BRASIL, 2000).

preservação rigorosa e as áreas de conservação da Mata Atlântica. Nas áreas de conservação admite-se a implantação de equipamentos de uso social de lazer e esporte. A responsabilidade pela qualidade ambiental de ambas, será compartilhada entre a União, o Município e a Sociedade Civil, parceiras no processo da gestão compartilhada.

► **MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA:** Cada ente deverá manter as construções existentes em sua propriedade, se responsabilizando pela preservação destes espaços. A responsabilidade será compartilhada entre a União, Município de Salvador e Terreiro Bate-Folha, por meio dos recursos proveniente do Convênio.

7.6.4 GESTÃO DAS DEMAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PARQUE

► **EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** No entorno do Parque Theodoro Sampaio, se localizam inúmeras escolas municipais, estaduais e particulares. O Parque empenhará esforços no sentido de realizar cursos de educação ambiental, palestras, seminários e eventos dirigidos aos visitantes e usuários outras instituições de educação, integrando escolas, dentre elas: Escola Estadual Marcia Méccia, Escola Municipal Maria Constança, Escola Estadual Cabula I, Escola Municipal 29 de Março, ACOPAMEC. Essas atividades serão desenvolvidas através de uma parceria entre os “Guardiões” envolvidos na co-gestão do Parque.

► **CONTROLE DE INCÊNDIOS:** serão realizadas, através do Município de Salvador, atividades de prevenção, controle e principalmente combate aos incêndios florestais.

► **PESQUISAS:** instituições de ensino superior, como por exemplo: Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio da Residência AU+E/UFBA, e da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), através do Projeto TBC, realizarão pesquisas acadêmicas na área do Parque, com projetos de participação social e de valorização ambiental.

► **VISITAÇÃO:** o Parque desenvolverá inúmeras atividades de uso público, além de oferecer áreas de lazer para caminhadas, escaladas, trilhas, piquenique, parque infantil, área para esportes radicais e quadras poliesportivas. O controle do acesso ao Parque será realizado pelo guardião responsável pelo setor onde encontram-se os acessos. Um maior detalhamento sobre esta proposta encontra-se em Leite (2016).

No entanto, a distribuição das atividades entre os “Guardiões” do Parque dar-se-á conforme quadro a seguir:

Quadro 10: Função dos membros do Conselho Gestor do Parque Theodoro Sampaio.

GESTÃO COMPARTILHADA DO PARQUE THEODORO SAMPAIO			
FUNÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO GESTOR			
	UNIÃO - MAPA MMA-CETAS/IBAMA	MUNICÍPIO DE SALVADOR	SOCIEDADE CIVIL
ATIVIDADES DIRECIONADAS PARA A ÁREA ESPECÍFICA DE CADA "GUARDIÃO"	Manter o custeio das despesas de manutenção, bens e equipamentos situados nas áreas de propriedade da União: MMA - CETAS/ IBAMA e MAPA.	Manter o custeio das despesas de manutenção, bens e equipamentos situados na área de propriedade do Município, podendo apoiar inclusive o setor 3.	Controlar o acesso dos visitantes nos setores: 3 e 5, que possuem entrada restrita.
	Gerenciar as equipes técnicas na execução de projetos específicos das áreas da União, submetendo-os ao Conselho Gestor.	Gerenciar as equipes técnicas do município, durante a execução de projetos, submetendo-os ao Conselho Gestor.	Organizar atividades específicas do setor.
	Garantir que os recursos financeiros sejam aplicados na implementação de projetos e manutenção da infraestrutura, especificamente nas áreas de propriedade da União.	Garantir que os recursos financeiros sejam aplicados na implementação de projetos e manutenção da infraestrutura, especificamente na área de propriedade do Município de Salvador	Realizar o agendamento das visitas, nos setores com entrada restrita.
ATIVIDADES DIRECIONADAS PARA TODA ÁREA DO PARQUE	Denúncias ao órgão responsável pela fiscalização, caso haja atividades irregulares nas áreas internas do Parque.	Controle de incêndios	Preservação e conservação dos remanescentes de Mata Atlântica do Parque.
	Caberá ao CETAS/IBAMA-MMA, exercer a fiscalização e preservação da Mata Atlântica de toda área do Parque,	Manutenção das trilhas e ciclovias	Denúncias aos órgãos responsáveis pela fiscalização, caso haja atividades irregulares na área interna do Parque
	O CETAS/IBAMA-MMA, poderá desenvolver atividades de educação ambiental.	Manutenção e poda das árvores	Preservação dos espaços e equipamentos coletivos.
	Divulgar as atividades desenvolvidas no Parque e colaborar com o fortalecimento dos guardiões	Serviços de manutenção referentes ao saneamento básico interno (Água e Esgoto)	Divulgar as atividades desenvolvidas no Parque.
		Implantação de projetos de Educação Ambiental que atendam as Escolas Municipais, promovendo a integração Parque-Escola.	Realização de eventos coletivos e utilização das áreas internas do Parque.
		Criação de atividades e oficinas participativas de educação ambiental	Promover o fortalecimento e surgimento de novos guardiões.
		Realização de eventos coletivos e utilização das áreas internas do Parque	Fiscalizar e averiguar se os recursos estão sendo aplicados na melhoria do Parque.
		Serviços de limpeza e manutenção das áreas de uso público do Parque.	
		Divulgar as atividades desenvolvidas no Parque e colaborar com o fortalecimento dos guardiões	
		Fiscalização e controle da área do Parque, através da realização de rondas nos locais mais prováveis de ocorrência de irregularidades	
	Envolvimento de outros órgãos municipais no suporte às atividades inerentes ao Parque		
	Iluminação pública.		

Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

7.6.5 FONTE DE RECURSOS

A principal fonte de recursos será proveniente do Convênio realizado entre os proprietários fundiários da área, principalmente entre a União e Município. Estes recursos são revertidos sob a forma de pagamento dos serviços de limpeza; manutenção de edificações; conservação das áreas de uso público; da fiscalização; dos programas de educação ambiental, da implementação de equipamentos e trilhas, entre outras atividades descritas.

Os guardiões parceiros do Parque Theodoro Sampaio poderão ser os responsáveis pelo levantamento da segunda fonte de recursos, oriunda de doações, da realização de eventos e ações técnicas em parceria. Este recurso será revertido no custeio de oficinas, eventos e seminários em prol da educação ambiental e formação de novos “Guardiões” do Parque.

7.7 METAS: CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

► **Curto prazo:**

- 1- Complementação de informações e finalização do Diagnóstico Geral da área.
- 2- Levantamento fundiário das diversas ocupações e proprietários no território.
- 3- Verificação da Legislação Urbanística Específica.
- 4- Republicação do instrumento legal municipal, instituindo o Parque Theodoro Sampaio e seu modelo de Gestão Compartilhada, bem como constituindo seu Conselho Gestor.
- 5-. Compatibilização com os projetos setoriais de cunho urbanístico, paisagístico e de educação ambiental.
- 6- Detalhamento dos conteúdos de atividades para cada gestor setorial e suas especialidades.
- 7- Elaboração do Termo de Referência.
- 8- Detalhamento da proposta executiva de Gestão Compartilhada para a implantação do Parque Theodoro Sampaio

► **Médio prazo:**

- 1-Firmação do TAC;
- 2- Proposta de Termo de Transmissão de Propriedade interministerial;
- 3-Convênio e do Contrato de Gestão.

► **Longo prazo:**

- 1-Implantação do Parque Theodoro Sampaio.

A proposta de Gestão Compartilhada é algo que envolve várias entidades e, conseqüentemente, demanda um tempo para sua efetivação. Portanto, neste trabalho estão postas as diretrizes iniciais para o Termo de Referência, bem como a equipe necessária para a sua realização.

8 RECOMENDAÇÕES PARA O TERMO DE REFERÊNCIA

Do presente Termo de Referência (TR) constarão os princípios para composição da equipe, bem como a aquisição de material e instrumentos imprescindíveis para a realização da proposta de Gestão Compartilhada para implantação do Parque.

O Termo poderá ser reformulado, caso haja necessidade de adequações, a partir das exigências do órgão financiador do projeto, porém, o mesmo não pode se submeter a nenhum órgão ou instituição, sem remeter à consulta e necessidades apontadas pela comunidade, e sem atribuir o respectivo crédito às instituições elaboradoras desse Projeto.

Por fim, todos os recursos que venham a ser disponibilizados deverão ser devidamente comprovados, através da prestação de contas, por meio de recibos, notas fiscais e contratos, garantindo a idoneidade do Projeto, de acordo com o contrato previamente estabelecido.

9 CRONOGRAMA PREVISTO (PRAZOS PARA PRÓXIMA ETAPA DE EXECUÇÃO)

O cronograma para implementação das etapas do Projeto proposto de Gestão Compartilhada, será iniciado a partir da submissão do Termo de Referência a um órgão ou instituição financiadora, podendo ter o prazo final remanejado a partir de justificativa prévia (Quadro 11).

9.1. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Quadro 11: Cronograma de execução das etapas do projeto.

PRODUTOS/ ETAPA		MESES			
		1	2	3	4
ETAPA 1					
<i>1- Complementação de informações e finalização do Diagnóstico Geral da área.</i>	Prazo em dias	30 dias	60 dias		

PRODUTOS/					
2- Levantamento fundiário das diversas ocupações e proprietários no território.	Prazo em dias	30 dias	60 dias		

3- Verificação da Legislação Urbanística Específica.	Prazo em dias	30 dias	60 dias		

ETAPA 2					
4- Republicação do instrumento legal municipal, instituindo o Parque Theodoro Sampaio e seu modelo de Gestão Compartilhada, bem como constituindo seu Conselho Gestor.	Prazo em dias	30 dias		90 dias	

ETAPA 3					
5-. Compatibilização com os projetos setoriais de cunho urbanístico, paisagístico e de educação ambiental.	Prazo em dias	30 dias		90 dias	

6- Detalhamento dos conteúdos de atividades para cada gestor setorial e suas especialidades.	Prazo em dias	30 dias		90 dias	

7- Elaboração do Termo de Referência.	Prazo em dias	30 dias		90 dias	

8- Detalhamento da proposta executiva de Gestão Compartilhada para a implantação do Parque Theodoro Sampaio.	Prazo em dias	30 dias			120 dias

Fonte: Elaborado pela autora, com base em matriz disponibilizada pela Residência AU+EUFBA, 2016.

10 EQUIPE TÉCNICA E ORÇAMENTO PREVISTO

Como apresentado anteriormente, a elaboração e desenvolvimento das etapas previstas para o projeto da gestão compartilhada do Parque Theodoro Sampaio, demandará um maior aprofundamento e tempo para a sua implantação efetiva, considerando a pluralidade de agentes envolvidos no processo e indefinições atuais. Para isso, a equipe técnica necessária de desenvolvimento dessa proposta deverá ser composta por profissionais de diferentes áreas, que atuarão nas suas respectivas especialidades em prol da efetivação das etapas previstas, fundamentais para a implantação deste projeto ora proposto. O orçamento estimado na formação dessa equipe técnica de execução dessa proposta de Gestão Compartilhada do Parque Theodoro Sampaio, está indicado no quadro de custos a seguir apresentado:



10.1. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CONTRATAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA

Quadro 12: Previsão orçamentária de contratação de equipe técnica especializada, sem considerar impostos incidentes.

Formação/ Função	Nível	Atribuições	Tempo mínimo de formação	Qtd.	Tempo de trabalho semanais	Valor previsto (Mensal)	Valor Total (Quatro meses)
Arquitetos ou Urbanistas Coordenadores	Coordenadores da montagem do projeto urbano Paisagista Sênior/Dr. Arquiteto sênior/Dr. Coordenador Executivo da proposta Especialista,	Coordenação do detalhamento dos projetos multidisciplinares, englobando planos e projetos urbanísticos, paisagístico e de gestão, e estudos complementares com a devida responsabilidade técnica.	Arquiteto com Doutorado, mínimo de dez anos.	01	10 horas	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
			Arquiteto com Doutorado, mínimo de dez anos.	01	10 horas	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
			Urbanista com Especialização, mínimo de dois anos, Com registro no conselho de classe competente.	01	30 horas	R\$ 4.000,00	R\$ 16.000,00
						(Ver tabela do CAU e CREA)	
Administrador	Pleno	Detalhamento do plano de gestão do Parque Theodoro Sampaio	Mestrado, mínimo de Dois anos, devendo estar registrado no conselho de classe competente.	01	20 horas	R\$ 3.000,00	R\$ 12.000,00
Bacharel em Direito Advogado	Especialista em Direito Urbanístico/ Ambiental/Administrativo	Participação nas questões legislativas e nos tramites para a implementação da gestão compartilhada por meio da firmação de Convênios e do Contrato de Gestão.	Após o registro no conselho de classe competente.	01	10 horas	R\$ 3.000,00 (Ver tabela da OAB)	R\$ 12.000,00
Estagiários de geografia, ciências sociais, urbanismo ou arquitetura	Estágio de nível superior	Auxiliar no desenvolvimento da proposta de gestão compartilhada no plano para implantação do Parque e realização de levantamentos de campo	A partir do terceiro semestre	02	20 horas	R\$ 700,00 (cada) R\$ 1.400,00	R\$ 5.600,00
CUSTOS TOTAIS DE CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA				07	100 horas	R\$ 18.400,00	R\$ 73.600,00

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em quadro disponibilizado pela Residência AU+EUFBA, 2016.

10.2 ORÇAMENTO PREVISTO

A previsão de custos para o desenvolvimento das etapas iniciais da proposta de Gestão Compartilhada no plano de implantação do Parque Theodoro Sampaio é de R\$ 89.600,00, conforme valor estimado no quadro a seguir:

Quadro 13: Orçamento total previsto, sem considerar impostos incidentes.

Detalhe dos custos	Valor previsto (Mês)	Valor total (Quatro meses)
Prestação de serviços especializados	R\$ 18.400,00	R\$ 73.600,00
Custos Operativos com equipamentos e compra de materiais, impressões de plantas e mapas de apoio	R\$2.000,00 (Previsão)	R\$ 8.000,00
Custos operativos com transporte	R\$2.000,00 (Previsão)	R\$ 8.000,00
TOTAL PREVISTO		R\$ 89.600,00

Fonte: Elaborado pela autora, com base na matriz disponibilizada pela Residência AU+EUFBA, 2016.

Os custos propostos incluem todas as despesas diretas, necessárias para a prestação dos serviços, conforme estimados para 2016, incluindo pagamento pessoal e custos operativos de deslocamento, materiais, equipamentos e instrumentos, excluindo taxas de impostos, seguros e contribuições trabalhistas e previdenciárias, que devem ser especificadas no momento da celebração do contrato entre o proponente desse projeto e a entidade financiadora.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar este trabalho, considera-se que o objetivo proposto para este Projeto foi alcançado para dar seguimento ao projeto executivo. Contudo, é importante ressaltar que o plano para implantação do Parque Theodoro Sampaio, por ser complexo e demandar interações institucionais e comunitárias que perpassam as atribuições esperadas nesse curso da Residência AU+E/UFBA, torna-se necessário prosseguir mantendo a elaboração participativa com os segmentos envolvidos, cabendo à próxima turma da Residência, prevista para 2017/2018, a construção participativa das demais itens complementares que contemplem os setores ainda não trabalhados pertinentes à implantação do Parque Theodoro Sampaio, nessa localidade do “Miolo” de Salvador, completando-se assim esta proposta coletiva, que fortalece a mediação da Universidade entre essas comunidades e os setores públicos competentes, para elaboração de projetos coletivos pelo direito à cidade para todos.

12 REFERÊNCIAS

ARAUJO, Débora Marques da Silva; Gordilho-Souza, Angela; Carvalho, Maria Lúcia A. M. de. **Parque Theodoro Sampaio: Projeto participativo na construção de novas centralidades urbanas em bairros periféricos de Salvador, Bahia**. Salvador, 2016.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente – SEMA. **Gestão Ambiental Compartilhada (GAC)**. Salvador, 2016. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/2015/07/10522/GAC.html>>. Acesso em: 07 de out. de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2016.

_____. **Lei Nº 9.637 de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, 1998.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm>. Acesso em: 06 de out. de 2016.

_____. **Lei Nº 9.985 de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 07 de out. de 2016.

_____. **Decreto Nº 6.170 de 2007**. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências, Brasília, 2007. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso em: 07 de out. de 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Gestão participativa e cogestão**. Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília, 2009.

_____. Advocacia Geral da União - Consultoria Jurídica da União no Município de São José dos Campos. **Cartilha Convênios**. São José dos Campos, São Paulo, 2011.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Ed. Atlas. São Paulo 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

CURITIBA, Câmara Municipal de. **Projeto cria Parque Gomm e prevê gestão compartilhada**. [Portal eletrônico]. Curitiba, 2016.

Disponível em: <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=25917#&panel1-1>

<<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/1671-icmbio-assina-acordo-de-cooperacao-para-gestao-compartilhada-do-parque-nacional-da-tijuca>>. Acesso em: 04 de out. de 2016.

GINNELLA, Valéria & MOURA, Maria Suzana. **Gestão em rede e metodologias não convencionais para a gestão social**. Salvador: CIAGS, 2009.

GORDILHO-SOUZA, Angela. **Limites do Habitar - Segregação e exclusão na configuração urbana de Salvador e perspectivas no século XX**. 1a. ed. Salvador-Ba. Edufba, 2ª. edição ampliada, 2008.

_____. **Vacância e intervenções no Centro Antigo de Salvador**. In: Andréa de Lacerda Pessoa Borde. (Org.). **Vazios Urbanos: Percursos Contemporâneos**. 01ed. Rio de Janeiro: RioBooks, 2012,

_____. SILVA, Adriana Caúla e; ROLIM, Pedro (Orgs). **Mata Escura - Plano de intervenção** - Publicação Didática. 1. ed. Salvador: LabHabitar/FAUFBA, 2005.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). **Censo Demográfico**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 16 de ago. 2016.

LEITE, Gisele Paiva. **Marcos e Portais como instrumento de preservação para implantação do Parque Theodoro Sampaio**. Salvador, 2016.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Relatório - Histórico e levantamento sobre invasões e danos causados na área de preservação ambiental do Horto Florestal do Cabula, Salvador- BA**. Salvador, 2016.

MATA ESCURA, Fórum de Desenvolvimento Social. **Relatório de Visita ao Horto Florestal de Mata Escura/Cabula**, Residência AU+E/UFBA, Salvador, 2016.

MOURA, M. S. **Metodologias Integrativas. Abrindo Novos Caminhos para a Criação Coletiva na Gestão Social**. In: Revista Interdisciplinar de Gestão Social. Salvador, v. 2 n. 3, p. 179-188, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.rigs.ufba.br>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

NUNES, Débora. **Pedagogia da Participação: tralhando com comunidades**. Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

RIO DE JANEIRO, Parque Nacional da Tijuca. [Portal eletrônico], Rio de Janeiro, 2008. Disponíveis em: <<http://www.parquedatijuca.com.br/#planodemanejo>>. Acesso em: 04 de out. de 2016.

ROCHA, Roberto. **A Gestão descentralizada e participativa das Políticas Públicas no Brasil**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 1 n. 11 São Luis/MA, 2009. Disponível em:< http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&Itemid=114 citação>. Acesso em: 05 de out. de 2016.

ROCHA, Elisete Cristina Vidotti. **Caracterização Ambiental e análise das Unidades de Paisagem para implantação do Parque Theodoro Sampaio**. Salvador, 2016.

ROCHA, H.F.M.; MOURA, M.S. **Metodologias Integrativas em Projetos de Assistência Técnica para Comunidades Urbanas**. jan./abr. 2016 v.5 n.1 p.153-166 ISSN: 2317-2428 copyright@2014. Disponível em: <www.rigs.ufba.br> Acesso em: 01 out. 2016.

SALVADOR. Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador; Secretaria de Planejamento Municipal. **Plano de Ocupação para a Área do Miolo de Salvador**. Salvador, 1985.

_____. Lei nº 7.400 de 2008. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Salvador, 2008.

_____. Decreto Nº. 19.753/2009. **Regulamenta dispositivos constantes da Lei nº 7.400/2008 - PDDU e dá outras providências**. Salvador, 2009.

_____. **Política Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/Lei_8915_2015.pdf>. Acesso em: 07 de out. de 2016.

_____. Lei nº 9.069 de 2016. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Salvador, 2016a. Disponível em: [file:///C:/Users/D%C3%A9bora/Downloads/2016%20\(DI%C3%81RIO%20OFICIAL%20DO%20MUNIC%C3%8DPIO\).pdf](file:///C:/Users/D%C3%A9bora/Downloads/2016%20(DI%C3%81RIO%20OFICIAL%20DO%20MUNIC%C3%8DPIO).pdf). Acesso em: 16 de ago. 2016a.

_____. MPF/Procuradoria da Justiça da Bahia. **Conceito do TAC**. [Portal eletrônico], Salvador, 2016b. Disponível em: <<http://www.prba.mpf.mp.br/paraocidadao/pecas-juridicas/termos-de-ajustamento-de-conduta>>. Acesso em: 06 de out. de 2016b.

SANTA CATARINA. CondomínioSC. **Parque da Luz terá gestão compartilhada e apoio de condomínios**. [Portal eletrônico]. Santa Catarina, 2016. Disponível em: <<http://www.condominiosc.com.br/radar/2624-parque-da-luz-tera-gestao-compartilhada-e-apoio-de-condominios>>. **Acesso em: 04 de out. de 2016.**

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia. **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010

SILVA, Deonísio da. De onde vêm as palavras: origens e curiosidades da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Virtual Books, 2014. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=P3JxBAAAQBAJ&pg=PT271&lpg=PT271&dq=compartilhar+em+latim&source=bl&ots=uZ1LhWzuZ9&sig=ZP7HTj47uWuSdBIYHAj5Z4fWycc&hl=ptBR&sa=X&sqi=2&ved=0ahUKEwjOtaurusTPAhVFxpAKHTPLBX4Q6AEIQjAH#v=onepage&q=compartilhar%20&f=false>> Acesso em: 05 de out. de 2016.

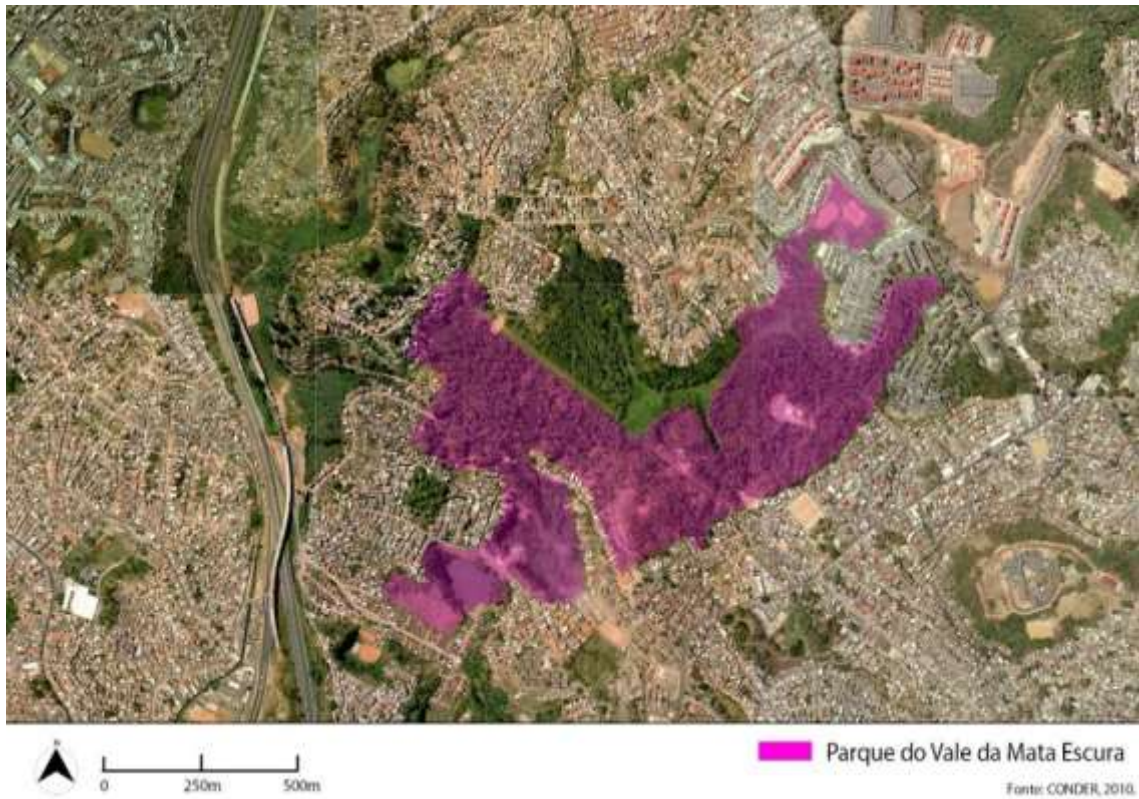
SILVA, Patrícia Duarte. **Nova Esperança: Proposta de Centro integrado de Cultura e Lazer para a implantação do Parque Theodoro Sampaio**. Salvador, 2016.

SUCOM. Secretaria Municipal de Urbanismo. **Relatório da Ação Fiscal em visita ao Horto Florestal do Cabula**. Salvador, 2016.

TBC. **Turismo de Base Comunitária do Cabula e entorno**, [Portal eletrônico], Salvador, 2016. Disponível em: <<http://matta.pro.br/tbc/o-tbc/>>. Acesso em 07 de out. de 2016.

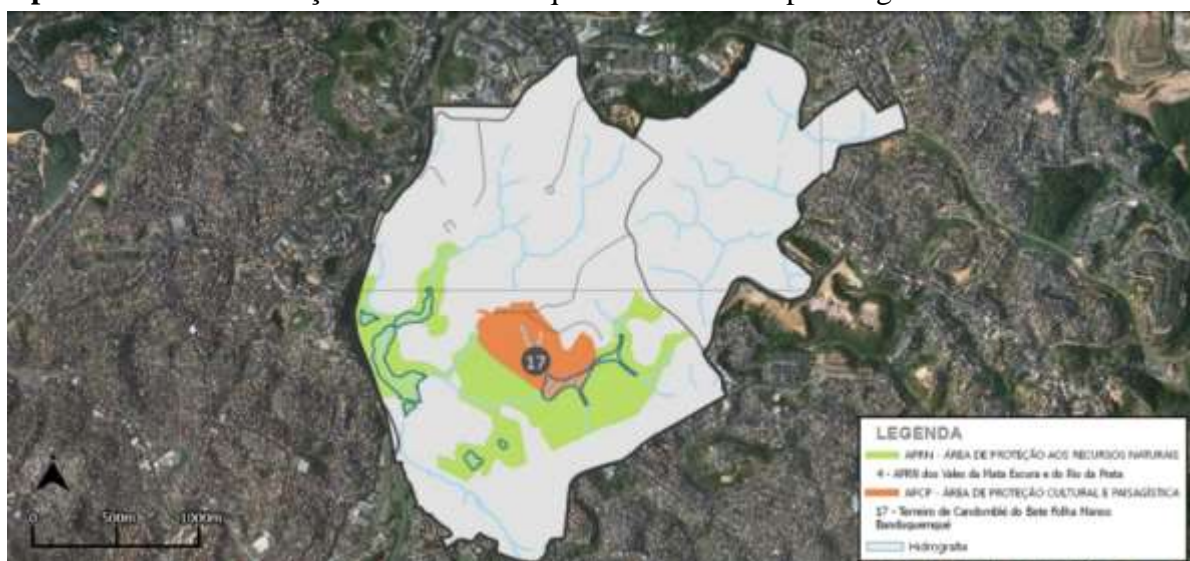
13 APÊNDICES

Apêndice A: Mapa da área destinada à implantação do Parque Urbano segundo o Decreto n°. 19.753/2009.



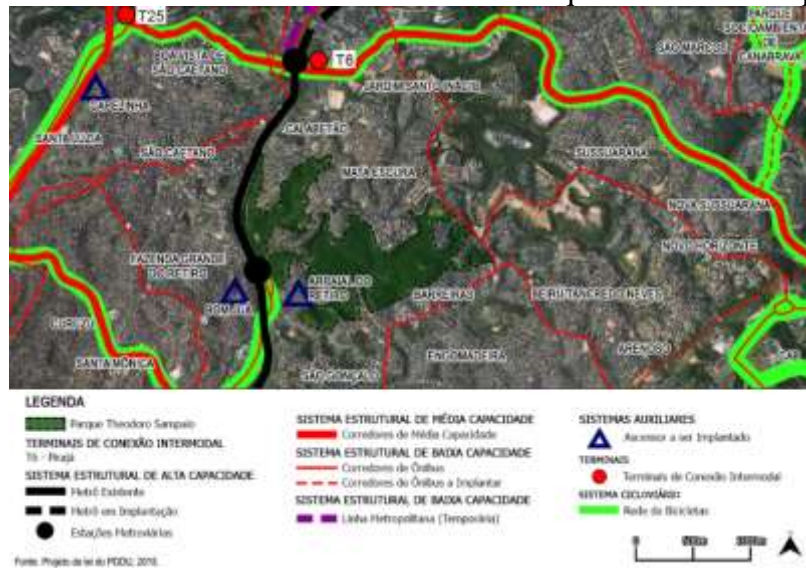
Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes, com base no Decreto n°. 19.753/2009.

Apêndice B: Classificação da área do Parque Theodoro Sampaio segundo o PDDU de 2016.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes 2016, com base no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, 2016.

Apêndice C: Sistema viário do entorno do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes 2016, com base no PDDU de 2016.

Apêndice D: Área do antigo Horto Florestal de Mata Escura/Cabula.



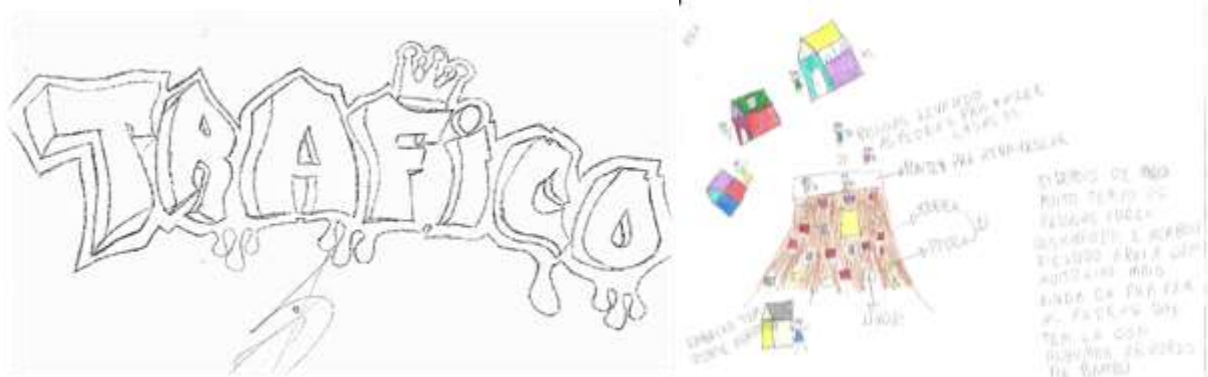
Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes, 2016.

Apêndice E: Mapa com os “Territórios invisíveis” dos bairros.



Fonte: Elaborado pela equipe RAU+E, 2016.

Apêndice F: Mapa mental da área do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Elaborado pelos estudantes da Escola Estadual Marcia Méccia e Escola Municipal Maria Constança, 2016, para este projeto.

Apêndice G: Mapa dos Sonhos dos jovens moradores para a área do Parque Theodoro Sampaio.



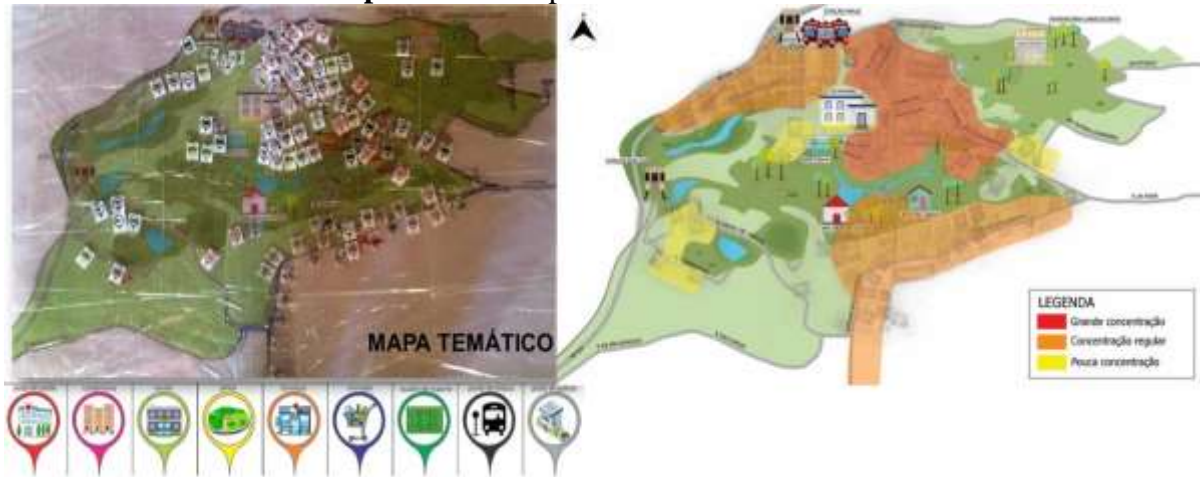
Fonte: Elaborado pelos estudantes da Escola Estadual Marcia Méccia e Escola Municipal Maria Constança, 2016, para este projeto

Apêndice H: Quadro de palavras – “Brainstorming”.



Fonte: Acervo da equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes, 2016.

Apêndice I: Mapa Temático dos bairros.



Fonte: Acervo da equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes, 2016.

Apêndice J: Maquete da área do Parque Theodoro Sampaio.



Fonte: Acervo da equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes, 2016.

Apêndice K: Mapa da área do Parque Theodoro Sampaio e possíveis acessos.



Fonte: Acervo da equipe RAU+E – Eixo áreas Verdes, 2016.

Apêndice L: GESTÃO COMPARTILHADA COMO MODELO ADOTADO POR ALGUNS PARQUES URBANOS NO BRASIL

- PARQUE NACIONAL DA TIJUCA:

Localidade: Município do Rio de Janeiro.

Área total: 3.958,38ha.

Ano de criação: 1961.

Unidade gestora responsável: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Gestão Compartilhada: Governo do Estado do Rio de Janeiro, prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, Empresa Municipal de Vigilância, Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A gestão administrativa do Parque Nacional da Tijuca foi compartilhada no período de 1999 a 2005, entre o IBAMA e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, embora o convênio só tenha sido firmado em 2001 com validade de 24 meses. Já em 2004 a parceria, sob a denominação de Acordo de Cooperação Técnica englobou, além desses parceiros, o Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, renovando-se a sociedade por mais quatro anos.

Em 2011 um novo acordo de cooperação para gestão compartilhada do Parque Nacional da Tijuca foi firmado. Desta vez trazendo várias inovações, incorporando o Plano de Revitalização do Parque, com previsão de conclusão de melhorias na Unidade de Conservação.

Objetivo: viabilizar o manejo, fiscalização, manutenção, vigilância, controle de queimadas, limpeza, conservação, cultura e educação ambiental do Parque Nacional da Tijuca.

Rebatimentos: No período de 1999 a 2005, após o estabelecimento da gestão compartilhada com a Prefeitura Municipal, houve uma melhoria da equipe de Educação Ambiental do Parque. A participação do município na gestão do Parque também possibilitou a conservação e limpeza das áreas de uso público, garantiu a execução dos trabalhos de reflorestamento, a implementação de projetos, a melhoria na segurança e nos serviços de turismo e ecoturismo.

Além destes benefícios, com o compartilhamento da gestão, algumas ações na manutenção e restauração dos espaços do Parque puderam ser desenvolvidas, iniciando-se um trabalho de resgate estrutural. Houve também a expansão de novos cursos, oficinas, programas de manejo

e educação ambiental, com o início do processo de produção científica através da divulgação de trabalhos na esfera nacional e internacional (RIO DE JANEIRO, 2008).

- PARQUE DA LUZ:

Localização: Situado na cidade de Florianópolis.

Área total: 3,74 ha.

Ano de criação: 1999

Unidade gestora responsável: Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM).

Gestão compartilhada: Prefeitura de Florianópolis, por meio da FLORAM e Associação Amigos do Parque da Luz (AAPL).

A gestão compartilhada entre a Associação dos Amigos do Parque da Luz com o órgão municipal ocorre informalmente desde 2008. Embora esta parceria ainda não tenha sido regulamentada, no Diário Oficial do Município em julho de 2016 foi estabelecida as normas e diretrizes através da Instrução Normativa nº 001, para as ações e uso público do Parque, criando-se um grupo técnico administrativo formado por três funcionários públicos da FLORAM e dois membros da Associação Amigos do Parque da Luz. Além disso, ficou definido a formalização da gestão compartilhada com a Associação Amigos do Parque da Luz (AAPL), mediante portaria específica elaborada pela FLORAM.

Objetivo: unir esforços no sentido de tornar a infraestrutura do Parque da Luz ainda mais atrativa ao público, já que o mesmo foi implantado na área de um antigo cemitério.

Rebatimentos: Mesmo sem a devida oficialização da gestão compartilhada entre as partes envolvidas, dentre as primeiras providências previstas com a formalização desta parceria, estão melhorias na iluminação noturna, tanto do interior quanto do entorno do Parque da Luz.

A comunidade, através dos Amigos do Parque da Luz, contribui financeiramente para a manutenção do Parque, auxiliando assim a Prefeitura Municipal de Florianópolis na gestão desta área e trazendo melhorias para este espaço urbano. São realizados pela Associação parceira, inúmeros encontros artísticos musicais, moções científicas e políticas que, de acordo com o diretor de gestão ambiental da FLORAM, atraem cerca de 1000 a 1.200 visitantes, nos finais de semana, chegando a 3.000 mil pessoas, quando da realização de grandes eventos da cidade. Portanto, a gestão deste espaço compartilhada com a comunidade local trará a

preservação e permanência desta área no município de Florianópolis (SANTA CATARINA, 2016).

- PARQUE DO GOMM

Localização: Situado no Município de Curitiba.

Área total: 10 ha.

Ano de criação: 2016.

Unidade gestora responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA).

Gestão Compartilhada: Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e Sociedade Civil.

A gestão compartilhada do Parque será entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) com a comunidade local, por meio de um Comitê Comunitário estabelecido em instrumento legal específico.

Objetivo: estabelecer o regulamento de uso e atividades do Parque, para assegurar a preservação, conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental da unidade de conservação e seu entorno.

Rebatimentos: Com sua recente criação o Parque Gomm funcionará como um “espaço experimental de gestão compartilhada”, no qual a comunidade terá participação ativa na definição de um programa de uso, bem como no calendário de atividades. Este modelo de gestão será utilizado pela comunidade como uma ferramenta de preservação e fiscalização desta área, pois foi através da reivindicação da população local, através do movimento "Salvemos o Bosque da Casa Gomm", que houve a criação desta unidade de conservação para uso público em atividades culturais e esportivas (CURITIBA, 2016).

14 ANEXOS

ANEXO A: RELATÓRIO DE VISITA AO HORTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

RELATÓRIO

HORTO FLORESTAL DE MATA ESCURA - SALVADOR/BAHIA

RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO E DIAGNÓSTICO DA ÁREA PARA PROPOSIÇÕES.

DATA: 11 de abril de 2016.

LOCAL: HORTO FLORESTAL DE MATA ESCURA.

HORÁRIO: 9:45 às 12:40 Horas.

PARTICIPANTES: Professora Maria Lúcia (FAUFBA); Angela Bacelar (Cond. Recanto Verde), Waldemir Marques Freire (Cond. Recanto Verde), Ronaldo Torres (ONG PNPC); Márcio Kidd (ONG PNPC); Edson Barbosa (morador de Mata Escura); Professora Angela Gordilho (FAUFBA); Iala Queiroz (UNEB); Joice Cristina (ACOPAMEC); Polícia Militar da Bahia (PM-BA); Arquiteta Gisele Paiva (UFBA); Arquiteta Patrícia Duarte (UFBA); Arquiteta Elisete Vidotti (UFBA) e Urbanista Débora Marques (UFBA).

OBJETIVO: Reconhecimento do território e diagnóstico da área para proposições.

No dia 11 de abril de 2016, ocorreu a visita técnica de reconhecimento da área do Horto Florestal de Mata Escura. Essa ação foi realizada pelo grupo de Residentes do curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a participação de membros da comunidade de Mata Escura, do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, da ONG PNPC (Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e das professoras Angela Gordilho e Maria Lúcia Carvalho, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). Esta ação faz parte do Programa de Residência Profissional para Assistência Técnica em Urbanismo, Arquitetura e Engenharia da UFBA - RAU+E/UFBA, que incorporou o bairro de Mata Escura e entorno, como área de atuação da sua turma 2015/16.

O objetivo da visita foi o reconhecimento do território para que, posteriormente, seja elaborado pela equipe de Residentes, um projeto participativo nessa área, que tem como proposta o Projeto para a **Implantação do Parque Theodoro Sampaio**, na área do Horto de Mata Escura, desativado, constituindo assim um Parque Urbano para a Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN) dos Vales do Prata e Mata Escura, demanda apontada pelo grupo de Associações de Moradores no bairro de Mata Escura. Estes projetos serão frutos das atividades de extensão da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia – Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade implantada, pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo desta universidade, com base na Lei N 11.888/2008, que "assegura às famílias de baixa

renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social” (caput do Art 1º da Lei 11.888/2008).

§ 1º O direito à assistência técnica previsto no **caput** deste artigo abrange todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

§ 2º Além de assegurar o direito à moradia, a assistência técnica de que trata este artigo objetiva:

I - otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, bem como dos recursos humanos, técnicos e econômicos empregados no projeto e na construção da habitação;

II - formalizar o processo de edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal e outros órgãos públicos;

III - evitar a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental;

IV - propiciar e qualificar a ocupação do sítio urbano em consonância com a legislação urbanística e ambiental.

Nessa visita, o grupo teve como ponto de encontro o Condomínio Recanto Verde, localizado na Avenida Cardeal Avelar Brandão Vilela, no bairro de Mata Escura. A trilha iniciou-se às 9:45h, com o apoio de integrantes da ONG PNPC e de três homens da Polícia Militar, que nos acompanharam em todo o trajeto, dando-nos cobertura. O início da caminhada já era de difícil acesso, um terreno íngreme, densamente coberto de folhas e obstruído por galhos de árvores, muitas de grande porte. O mau cheiro e a sensação de insegurança caminharam junto com a equipe.

Por caminhos de difícil acesso, pelo abandono aparente e má conservação, passamos por uma grande variedade de árvores, tais como: ingá, dendezeiro, aroeira, gameleira, jequitibá, cajazeira, munguba/castanheira, pau de leite, muitas plantas de brejo (Imbé-do-brejo, helicônia, embauba do brejo), além de algumas árvores exóticas como amendoeira, jaqueiras e bambus, de grande beleza natural. De animais/fauna vimos muitos insetos, besouros e sagui/mico, embora exista presença de outros animais e árvores também.

Em poucos minutos de caminhada já nos deparamos com a triste realidade do local. As áreas verdes do Horto Florestal de Mata Escura, bem como as nascentes do Rio do Prata que constituem a Represa do Prata, encontram-se degradadas. Todo o grupo sentiu-se sensibilizado com o avanço do estado de degradação. O alto índice de poluição é estarrecedor, conforme imagens em anexo.

Em vários pontos da área do Horto Florestal de Mata Escura, encontramos caixas de esgoto, instaladas pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), para atender aos condomínios do entorno, e uma grande quantidade de resíduos sólidos despejados em meio a vegetação. Algumas das caixas de esgoto estavam entupidas e transbordando os dejetos para o terreno e para as nascentes do rio.

O trajeto seguiu em torno da Represa do Prata e, em alguns pontos, era possível ver ocupações irregulares de alvenaria, sem reboco e com as tubulações de esgoto direcionadas para a vegetação e sendo bombeadas para o leito do rio do Prata. No entorno dessas casas o terreno encontrava-se mais úmido, devido ao despejo das águas provenientes dos efluentes domésticos, bem como foram verificados vários pontos de entulho de lixo. Também se constatou vestígios de tentativas de novas ocupações, com marcações nas árvores, pedaços de arame farpado e caibros de madeira abandonados no local.

Já no ponto da Represa do Prata, pode-se constatar que a mesma está encoberta por algas e pela vegetação, apresentando um alto índice de poluição, deixando de ter uso para o consumo humano e passando a receber os efluentes domésticos dos condomínios e das casas dessa região do Miolo de Salvador. Os moradores de Mata Escura, que acompanhavam o grupo dos residentes da UFBA, ficaram indignados com o estado de abandono dessa área de preservação. Sabe-se que na década de 1930, até o final da década de 1980, essa mesma Represa do Prata, abastecia toda a cidade de Salvador, juntamente com a Represa de Mata Escura, mas, atualmente, encontra-se completamente poluída, pela falta de manutenção, agravada pelo acúmulo crescente de dejetos. Além do problema da degradação ambiental os moradores deixaram de frequentar o local devido ao alto índice de violência e disputa dos grupos pelo tráfico de drogas. A falta de fiscalização dos órgãos competentes e conscientização dos moradores, para a importância de preservação desta área verde, também é outra problemática que contribui para o desmatamento deste local e para o surgimento de novas ocupações.

Mesmo com o árduo trabalho desenvolvido pela ONG - Preservando a Natureza e Praticando Cidadania (PNPC), que atua na localidade por mais de uma década, inibido a destruição e degradação do Horto, é necessário que haja o apoio dos órgãos responsáveis para preservação dessa área, bem como a conscientização da população local para que os problemas sócio-ambientais sejam sanados e a cidade de Salvador, principalmente o seu Miolo, ganhe uma rica área remanescente de Mata Atlântica, com possibilidade de usufruí-la como Parque Urbano, inexistente nessa região da cidade. Enquanto não resolvermos o impasse entre os órgãos públicos, seja ele Ministério da Agricultura ou IBAMA, e demais envolvidos, o Horto permanecerá vulnerável às ações de desmando e apropriação indevidas.

Na visita foi possível refletir acerca da inserção do homem no meio ambiente e do seu afastamento da natureza. O Horto da Mata Escura encontra-se completamente degradado, sendo um espaço vital para as comunidades de entorno e de grande importância histórica para toda a cidade de Salvador, se tornando um bem comum para todos. Foi notório o desmatamento de árvores centenárias, a poluição e o descaso com a única reserva de área verde aberta para toda comunidade do bairro da Mata Escura e adjacências, o Horto está sendo invadido sobretudo na região da Estrada das Barreiras e se nenhuma medida for adotada, poderemos perder essa reserva remanescente de Mata Atlântica e local histórico importante.

O Horto Florestal de Mata Escura está inserido em uma Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN), conforme classificação no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU de Salvador, 2008). Esse PDDU também dá diretrizes para a implantação de um Parque Urbano neste local, sendo sua poligonal reconhecida pelo decreto Nº. 19.753/2009, que demarca o Parque do Vale de Mata Escura.

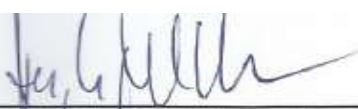
Entende-se que a implantação de um Parque, além de proporcionar um espaço público de qualidade para a população de todo o Miolo de Salvador, carente desse tipo de equipamento, resultará na garantia de preservação ambiental.

SÍNTESE DOS RESULTADOS DA VISITA:


► Área com alto índice de poluição no solo e nas águas da represa, decorrentes do lançamento irregular de efluentes domésticos sem tratamento.

- ▶ Ocupação irregular e ameaças de novas ocupações.
- ▶ Focos de desmatamento.
- ▶ Reconhecimento das entidades que atuam para a preservação e implantação do Parque Theodoro Sampaio.
- ▶ Lixo, principalmente garrafas pet vazias e copos plásticos com larvas do mosquito *aedes aegypti* (mosquito da dengue; chikungunya e zica).
- ▶ Grande potencial de proliferação do mosquito da dengue e outros.
- ▶ As nascentes da Represa do Prata completamente poluídas (eutropizado), apresentando espumas, sedimentos, grande quantidade de algas e bactérias.
- ▶ Ruínas da represa do Prata.
- ▶ Necessidade urgente de recuperação, manutenção e preservação da fauna, flora e recursos hídricos.
- ▶ Proposta de elaboração de um convênio inter-institucional, na perspectiva da elaboração do **Projeto de Implantação do Parque Theodoro Sampaio**, conforme proposto pela equipe da UFBA, em parceria com as entidades representadas nesta visita ao Horto Florestal de Mata Escura, aqui subscritas.

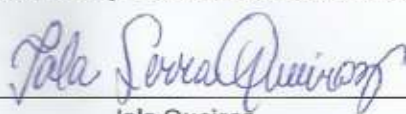
Salvador, 14 de abril de 2016.




Prof. Dra. Angela Maria Gordilho Souza
 Coordenadora do Curso de Especialização
 Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade
 Residência AU+E/UFBA - PPGAU-FAUFBA



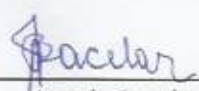
Joice Cristina
 Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão - ACOPAMEC;



Iala Queiroz
 Universidade do Estado da Bahia - UNEB



Ronaldo Torres –
 ONG PNPC – Preservando a Natureza e Praticando Cidadania



Angela Bacelar
 Condomínio Recanto Verde,

**RELATÓRIO FOTOGRÁFICO, COM IMAGENS REGISTRADAS PELOS
INTEGRANTES DA VISITA
POLUIÇÃO E DEGRADAÇÃO:**



CAIXAS DE ESGOTO INSTALADAS PELA EMBASA EM VÁRIOS PONTOS DO HORTO:



NASCENTES DO RIO DO PRATA



NOVAS OCUPAÇÕES IRREGULARES:



TRILHAS E RIQUEZAS NATURAIS:





ANEXO B: CÓPIA DA ATA DE CONSTITUIÇÃO

ATA DE FUNDACAO DA ACOPAMEC (ASSOCIACAO DAS COMUNIDADES PAROQUIAIS DE MATA ESCURA E CALABETAO) E DA ELEICAO DA PRIMEIRA DIRETORIA.

Aos vinte e nove (29) dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e noventa (1990), às 20:00 horas, reuniram-se os membros do Conselho Paroquial da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na Igreja Matriz, Rua Direta/ de Mata Escura s/n Mata Escura, Salvador. Decidiram fundar a ACOPAMEC (Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão), com o objetivo de prestar serviços às diversas comunidades que são membros da Associação, desenvolvendo atividades de cunho religioso, educativo, formativo e sócio-cultural.

Foram discutidos os Estatutos a serem elaborados no decorrer da reunião, com base num ante-projeto feito pelo pároco.

Após a discussão dos Estatutos os mesmos foram aprovados. Foi indicada como secretária Yoni Ribeiro da Silva Gomes, a qual ficou encarregada de transcrever os mesmos a fim de que todos os participantes do Conselho Paroquial pudessem assiná-los.

Após um tempo suficiente para transcrever os Estatutos, foi feita a nova leitura dos mesmos pela secretária. Foram unanimemente aprovados pelos presentes. Com a aprovação dos Estatutos ficou eleita a primeira Diretoria, tendo sido aprovados por unanimidade:

Presidente: Pe. Miguel Ramon; Vice-presidente: Ir. Emilia Medina Lemus; 1º secretária: Yoni Ribeiro da Silva Gomes; 2º secretária: Josélia Bispo Duarte; 1º tesoureiro: Euvaldo Cabral Costa; 2º tesoureiro: Genevaldo Fagundes Santana.

Tendo mais nada a acrescentar, eu, Yoni Ribeiro da Silva Gomes lavrei a presente ata a qual foi lida e aprovada pelos abaixo-assinados.

Genevaldo Fagundes Santana
Emilia Medina Lemus
Yoni Ribeiro da Silva Gomes
Joselia Bispo Duarte
Euvaldo Cabral Costa

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
 CÍVIL - 10 - SANTOS SILVA
 PUA CORP. DACTIL. 10/11/4 P. 10/11/4 ED. BRADESCO
 1º DIA ÚTIL. PROTOCOLO 178/90
 13/10/90 - 13/10/90
 QUE CERTIFICADO
 MANUELA LUIZA S. S. ADENHOSEN - SUB OF. DESQ.

29/10/90
 488
 02/10/1990
 Juízo do 1º Ofício de Registro Civil
 Rua João Nunes Soares
 Salvador - BA
 COM. DE REG. CIVIL
 VALOR DA TAXA CR\$ 5.611,00
 Assin. do Registrante

ANEXO C: NOMEAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA INSTITUIÇÃO

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES PAROQUIAIS DE MATA ESCURA E CALABETÃO

Aos catorze dias do mês de janeiro do ano de 2014, no Centro João Paulo II, situado a Rua São Mateus, número seis, Mata Escura, às 15 horas, conforme convocação publicada, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária Eletiva da ACOPAMEC. Após acolher os associados, o presidente Pe. Miguel procedeu à leitura do evangelho do dia, seguida de uma breve reflexão sobre a celebração da alegria e da esperança que sustenta o compromisso de todos com a vida. Logo após, foi feita a leitura da Ata, sendo retomados os seguintes pontos: sobre o convênio com a Faculdade São Salvador, Josélia explicou que foi fechada a Unidade Social na Mata Escura, sendo colocados os motivos financeiros que levaram ao encerramento das atividades; em relação à situação financeira da entidade, Josélia ressaltou que, conforme indicado por Gilberto Martins, no ano de dois mil e treze a entidade passou por dificuldades financeiras, mas foram realizadas várias ações internas visando arrecadar recursos, tais como: cesta pascal, balaio junino, feijoada, apresentações teatrais, dentre outras, além da apresentação de projetos através de editais; ressaltando a preocupação em relação à manutenção das atividades no ano de dois mil e catorze. Sendo feitas algumas sugestões pelos associados no sentido de envolver a comunidade e garantir recursos, tendo Pe. Miguel chamado atenção para o fato de que a entidade não poderia cobrar taxas para o desenvolvimento de suas ações, sendo citada a proposta de implementar a doação individual através da criação dos "AMIGOS DA ACOPAMEC", proposta que ficou de organizada pela equipe de mobilização de recursos. Na sequência, foi feita uma longa reflexão sobre a situação de violência do bairro, que contou a participação de Sr. Cintra, presidente de outra Associação local e Pe. Miguel salientou a importância da articulação do Fórum de Desenvolvimento da Mata Escura diante dos problemas do bairro. Pe. Augusto, sublinhou que o contexto de atuação da Acopamec mudou ao longo dos anos e que precisaria ser refletida uma forma de envolver mais o público atendido nas ações de sustentabilidade institucional, superando a ideia de que a entidade tem dinheiro, pois apesar da crise tudo continuava funcionando, insistindo na necessidade de envolver mais as famílias. Josélia informou que a padaria foi alugada para Robson, que assumindo toda a gestão e funcionamento. Neste ponto, foi apresentado e aprovado pela Assembleia a necessidade de continuidade das atividades esportivas, artístico-culturais, recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra. Em seguida, passou-se aos procedimentos necessários a realização da eleição da nova diretoria. Gildasio Francisco apresentou, de acordo com estatuto, as atribuições e a composição da Diretoria e do Conselho Fiscal. Sendo eleitos, por aclamação, os seguintes membros da Diretoria: Presidente: Pe. Michel Ramon, sacerdote, solteiro, portador do C.I. nº W003278-H e do CPF nº 297.643.945-15; Vice-Presidente: Sra. Josélia Duarte Gomes, professora, viúva, portadora do C.I. nº 341714607 e do CPF nº 339.102.435-68; Secretária: Sra. Valdelira Borges da Cruz Costa, professora, casada, portadora do C.I. nº 005331168 e do CPF nº 670.905.165-04; Sra. vice-secretária: Gilcia Maria da Costa Campos, professora, viúva, portadora do C.I. nº 438553 e do CPF nº 254.728.445-68; Tesoureira: Sra. Osvaldina Barbosa da Silva, técnica em contabilidade, viúva, portadora do C.I. nº 31783074 e do CPF nº 056.590.865-00; Vice-tesoureira: Ir. Raffaella Corvino, religiosa, solteira, portadora do C.I. nº 053428 e do CPF nº 77.145.695-04; Relações Públicas: Pe. Carlos Augusto Cruz da Silva, sacerdote, solteiro, portador do C.I. nº 0786461110 e do CPF nº 807.714.835-20; Vice-relações públicas: Sr. Luiz Carlos Alves Viana, motoristas, casado, portador da C.I. nº 200134850 e do CPF nº 319.443.455-15. Como membros titulares do Conselho Fiscal: Conselheiro: Sr. José Nélcio Monteiro Corsini, economista, casado, portador da C.I. nº 1329782704 e do CPF nº 235.502.286-00; Segundo Conselheiro: Sr. José Martins, economistas, casado, portador do C.I. nº 71057382 e do CPF nº

2º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
REGISTRO Nº 43881

31/01/2014

X

